

Mensagem nº 357

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

Os méritos do Senhor Carlos Alfonso Iglesias Puente que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de junho de 2018.

Brasília, 20 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE**, ministro de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE

CPF.: 281.088.091-34

ID.: 9064 MRE

1963 Filho de José Alfonso Iglesias Puente e de Dirce Carvalho de Iglesias Puente, nasce em Poços de Caldas/MG

Dados Acadêmicos:

1984 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1985 CPCD - IRBr
1994 CAD - IRBr
1994 Mestrado em Ciência Política pela University of Toronto, Canadá
CAE - IRBr, A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento - CTPD - no período 1995-2005.

Cargos:

1986 Terceiro-secretário
1991 Segundo-secretário
1999 Primeiro-secretário, por merecimento
2005 Conselheiro, por merecimento
2009 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1986-91 Secretaria Especial de Imprensa, assistente e assessor
1991-95 Consulado-Geral em Toronto, vice-cônsul e cônsul-adjunto
1995-97 Embaixada em Bonn, segundo-secretário
1997-2001 Embaixada em La Paz, segundo-secretário e primeiro-secretário
2001-06 Agência Brasileira de Cooperação, Coordenação-Geral de Acompanhamento Administrativo e Organizacional, e Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos e de Planejamento Administrativo, coordenador-geral substituto
2005 Missão brasileira de cooperação técnica a Timor-Leste, nas áreas de Justiça, Legislativo, Educação, Saúde e Agricultura, Díli, chefe de delegação
2005-06 Consulado-Geral em Toronto, encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
2006-10 Consulado-Geral em Barcelona, cônsul-geral adjunto
2010-12 Embaixada em Luanda, ministro-conselheiro
2012-16 Embaixada em Pretória, ministro-conselheiro
2013 III Forum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais do BRICS, Durban, chefe da delegação
2013 II Forum de Urbanização do BRICS, Durban, chefe da delegação
Embaixada em Dar es Salaam, embaixador do Brasil junto ao governo da República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, junto aos governos da União das Comores e da República de Seicheles, bem como representante do Brasil perante a Comunidade da África Oriental-EAC
2016

Condecorações:

2013 Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador

Publicações:

2010

A Cooperação Técnica Horizontal brasileira como Instrumento da Política Externa,
FUNAG, Brasília

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República de Moçambique
GENTÍLICO:	moçambicano
CAPITAL:	Maputo
ÁREA:	801 590 km ²
POPULAÇÃO (CENSO 2017):	28.861.863
LÍNGUA OFICIAL:	Português
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo; Islamismo; Protestantismo.
SISTEMA DE GOVERNO:	República Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia da República de Moçambique; Parlamento unicameral, composto por 250 membros, eleitos com mandato de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Filipe Nyusi (desde 15 de Janeiro de 2015)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Carlos Agostinho do Rosário (desde 17 de Janeiro de 2015)
CHANCELER:	José Condungua Pacheco (desde dez/2017)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 12,35 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 37,39 bilhões
PIB PER CAPITA (2017)	US\$ 418
PIB PPP PER CAPITA (2017)	US\$ 1.266
VARIAÇÃO DO PIB	4,75% (2017); 3,85% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,416 (180ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	50,3 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	58,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	25,04% (https://tradingeconomics.com/)
UNIDADE MONETÁRIA:	Metical (MZN)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Gamiliel Sepúlveda João Munguambe (<i>agrément</i> em 11/06)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 1500 brasileiros residentes em Moçambique

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Moçambique	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	110,3	42,4	85,3	146,4	148,5	74,1	88	73,7	169,5
Exportações	108,2	40,4	81,2	122,3	123,8	63,9	69,1	50,6	29,9
Importações	2,1	2	4,1	24,1	24,7	10,2	18,9	23,1	139,6
Saldo	106,1	38,4	77,1	98,2	99,1	53,7	50,2	27,5	-109,6

Informação elaborada em 19/06/2018, por Eduardo Roedel. Revisada por Vanessa Dolce de Faria em 19/06/2018.

APRESENTAÇÃO

A República de Moçambique, com área superior a 800 mil km² e população de cerca de 29 milhões de habitantes, localiza-se na porção sudeste do continente africano. O país tem fronteiras terrestres com África do Sul, eSwatini (antiga Suazilândia), Zimbábue, Zâmbia, Malawi e Tanzânia. A leste de Moçambique, em frente a seu litoral de mais de 2.500 quilômetros no Oceano Índico, está a ilha de Madagascar.

Moçambique foi colônia de Portugal por mais de quatro séculos, desde que o território foi anexado pelo Império Português em 1505 até a vitória na luta pela independência em 1975. Dois anos após a independência, contudo, o país mergulhou em uma longa guerra civil que só chegaria a termo em 1992. As primeiras eleições presidenciais ocorreram em 1994 e, desde então, o país vem lutando para reconstruir-se e desenvolver-se, mantendo relativa estabilidade social e política.

Em razão de sua posição geográfica, o país recebeu significativa influência da cultura islâmica e, em menor medida, da hindu, que ainda hoje marcam aspectos da vida moçambicana, sobretudo na porção setentrional do território. O país é rico em recursos naturais, sendo que, nos últimos anos, algumas das maiores reservas de gás natural do mundo foram descobertas na província de Cabo Delgado, no extremo norte do país. A companhia Vale possui vultosos investimentos em Moçambique, incluindo mineração de carvão, ferrovias e terminal logístico no porto de Nacala.

PERFIL BIOGRÁFICO

Filipe Jacinto Nyusi - *Presidente da República*



Nascido em 9 de fevereiro de 1959, na província de Cabo Delgado, Filipe Jacinto Nyusi formou-se em engenharia mecânica (na antiga Tchecoslováquia) e administração (na Universidade de Manchester, na Inglaterra). Foi diretor-executivo da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), empresa pública que gere os sistemas ferroviário e portuário do país, tendo sido indicado para o conselho diretor da companhia em 1995.

Foi nomeado Ministro da Defesa em 2008. Em 2012, foi eleito para o Comitê Central da Frelimo. Em março de 2014, foi escolhido – com o apoio do Presidente Armando Guebuza – candidato da Frelimo à presidência de Moçambique nas eleições gerais daquele ano. Eleito em outubro de 2014, tomou posse em janeiro de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações diplomáticas com Moçambique desde 15 de novembro de 1975, ano da independência do país. Em 1º de março de 1976, o então Consulado-Geral do Brasil em Lourenço Marques (antigo nome da capital Maputo) foi transformado na Embaixada do Brasil em Moçambique. A embaixada moçambicana em Brasília, por sua vez, foi aberta em janeiro de 1998.

Moçambique e seu povo têm grandes expectativas em relação ao Brasil. O passado colonial comum, a mesma língua e a forte identidade cultural compõem o pano de fundo a partir do qual a relação bilateral é percebida pelos moçambicanos. O Brasil é visto como país que alcançou estágio de desenvolvimento que permitiria contribuir para a superação de desafios econômicos e sociais em países “irmãos” como Moçambique.

Aliada a essa percepção positiva sobre o Brasil, temos presença ampla e abrangente no país, sobretudo nas áreas de cooperação e investimento. Moçambique é o maior beneficiário de cooperação brasileira, com projetos pioneiros e estruturantes. O estoque de investimentos brasileiros ultrapassa a casa de 9 bilhões de dólares, liderados pela Vale.

Visitas bilaterais

O caráter estratégico das relações bilaterais revela-se pela frequência de visitas de alto nível. O ex-Presidente Lula visitou três vezes o país – em 2003, 2008 e 2010. A ex-Presidente Dilma Rousseff visitou Moçambique em 2011. O então Vice-Presidente Michel Temer visitou Maputo em 2012, no contexto da Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O ex-Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira esteve em Maputo em 2015. O Ministro Aloysio Nunes Ferreira visitou Moçambique em maio de 2017.

Por outro lado, o ex-Presidente moçambicano Armando Guebuza também visitou o Brasil três vezes – em 2007, 2009 e 2012 (no contexto da Rio+20). O Presidente Filipe Nyusi, ainda na condição de candidato à

presidência, esteve no Brasil em 2014. O ex-Chanceler Oldemiro Balói visitou o Brasil em novembro de 2016, por ocasião da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Cooperação técnica

Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira com recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), cobrindo áreas diversificadas (saúde, agricultura, educação, formação profissional, entre outros) e envolvendo projetos estruturantes, tais como a “Fábrica de Antirretrovirais e outros Medicamentos”, o “Projeto da Universidade Aberta em Moçambique” e o ProSavana, em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

As ações de cooperação técnica com Moçambique estão amparadas pelo Acordo Geral de Cooperação, promulgado em 15 de setembro de 1981; entretanto, devido ao intenso programa de cooperação entre os países, um novo acordo mais abrangente foi firmado em 30 de março de 2015, estando, no momento, em tramitação no Congresso Nacional.

Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos – Projeto em que se investiram cerca de R\$ 50 milhões, conforme dados do Ministério da Saúde. Foi inaugurada em 2012, quando da visita do então Vice-Presidente Michel Temer a Maputo, por ocasião da IX Cúpula da CPLP. Sua criação, com base em apoio de cooperação Sul-Sul, constitui iniciativa pioneira. Seu objetivo mais amplo é a promoção da autonomia moçambicana na produção de medicamentos essenciais à saúde pública nacional. Beneficia-se de transferência de tecnologia da Fiocruz (principal executora do projeto) e de capacitação técnica prestada pela ABC.

Situação atual da cooperação – Em 15 de março de 2018, o presidente da fábrica, formalmente denominada “Sociedade Moçambicana de Medicamentos” (SMM), foi recebido pelo ministro da Saúde, Ricardo Barros, e pelo secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Marco Fireman, ocasião em que agradeceu o governo brasileiro pelo aporte de R\$ 5 milhões para o “Projeto Executivo para a Finalização da Inciativa de Instalação da Fábrica de Medicamentos em Moçambique”, concedidos em 2017, e apresentou os avanços obtidos nos últimos meses, com a produção do primeiro lote de paracetamol no país. Após os testes de estabilidade, o medicamento estará disponível para o

Ministério da Saúde de Moçambique. Com o apoio técnico da Fiocruz, já foram feitos acordos com empresas privadas de Portugal, China e Índia, com o objetivo de receber tecnologia para produzir medicamentos de alto custo. A fábrica produziu, até o momento, lotes de 4 dos 14 medicamentos previstos.

O Ministro Ricardo Barros comunicou ao presidente da SMM a aprovação do apoio brasileiro para aquisição de uma máquina de granulação úmida, que permitirá ampliar o portfólio de remédios produzidos pela fábrica. O equipamento é necessário para que a SMM possa integrar um consórcio que envolve a Fiocruz e a farmacêutica alemã Merck para produção de praziquantel pediátrico, a fim de que se torne a produtora de referência para o continente africano. Há também necessidade de aporte de recursos para o custeio operacional da fábrica, no valor aproximado de US\$400 mil para o ano corrente (2018). Além disso, Moçambique necessita fortalecer a formação de recursos humanos para atuar na fábrica, tendo solicitado o envio de um diretor de produção para trabalhar no local por um período de 18 meses, propostas que estão sob análise conjunta da ABC e da Fiocruz.

Em abril de 2018, a fábrica recebeu Certificado de Boas Práticas de Fabricação da Direção Nacional de Farmácia do Ministério da Saúde de Moçambique após vistoria e inspeção daquela direção e da OMS. Esse certificado outorga caráter sanitário à produção industrial. A participação da Fiocruz foi essencial para atingir o resultado positivo.

ProSavana - Inspirado no PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), o ProSavana é resultado de parceria entre os governos brasileiro, moçambicano e japonês, para contribuir com o desenvolvimento agrícola e segurança alimentar em Moçambique, implantando-se, na região do Corredor de Nacala, agricultura competitiva, inclusiva e ambientalmente responsável.

Tem como pano de fundo a prioridade que o governo moçambicano atribui à questão agrícola. Os fatos de cerca de 70% da população viver no campo – a maior parte praticando agricultura de subsistência – e de apenas 15% das terras aráveis estarem hoje em produção evidenciam a urgência no aperfeiçoamento de políticas orientadas para o aumento da produtividade agrícola e para a comercialização de excedentes com vistas à geração de

empregos e de renda, à segurança alimentar e à substituição de importação de alimentos.

Parte da sociedade civil moçambicana mostra-se contrária ao projeto, sob o argumento de que a iniciativa serviria para usurpar terras dos pequenos agricultores. Nesse contexto, entre outras medidas tomadas no âmbito do projeto, criou-se, em 2016, mecanismo de coordenação da sociedade civil para o desenvolvimento do Corredor de Nacala, que busca promover a incorporação de contribuições de entidades civis, além de mobilizar a atenção de parlamentares moçambicanos para as ações no âmbito do projeto.

Não obstante os esforços para fazer avançar o processo em coordenação com a sociedade civil moçambicana e os avanços alcançados, as críticas ao programa não foram totalmente dissipadas e ainda impõem desafios à sua implementação.

Cooperação Educacional

UAB Moçambique – O projeto, lançado em 2010, busca apoiar os esforços moçambicanos de formação de professores para atuarem em escolas de nível básico e médio, bem como formar quadros, também de nível superior, para atuarem em órgãos do governo, por meio do ensino a distância. Nesse sentido, foram implantados 3 polos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique (Maputo, Beira e Lichinga). Até o final de 2016, 690 alunos moçambicanos graduaram-se em matemática, biologia, pedagogia e administração pública. As cerimônias de colação de grau dos formados em administração pública (curso de menor duração, 4 anos) ocorreram em 2016.

Em 2013, em outro contexto orçamentário de lado a lado, chegou-se a cogitar a expansão do programa, com a previsão de uma segunda fase de formação de novos alunos em nove polos de educação a distância. No entanto, por razões diversas, não se deu seguimento à pretendida extensão. A continuidade do programa será objeto de discussão com o MEC e com a CAPES. A fase I do projeto teve suas atividades acadêmicas encerradas em 31 de dezembro de 2017. Quatro universidades brasileiras estiveram envolvidas nessa fase do projeto: UFF, Unirio, UFJF e UFG.

A Diretoria de Educação a Distância da CAPES comunicou, em 2017, que as ações previstas na segunda fase do Projeto UAB-Moçambique

deverão ser descontinuadas, tendo em conta que a instituição brasileira, no contexto de restrição orçamentária, envida esforços para priorizar os programas nacionais de formação de professores da educação básica.

Em conversa telefônica com funcionário da Coordenação Geral de Programas e Cursos em Ensino a Distância (CGPC) da Capes, em 18/06/2018, a Divisão de Temas Educacionais do Itamaraty (DCE) foi informada de que a Capes ainda está aguardando o recebimento de relatório da Universidade Federal de Goiás (UFG) para redigir o relatório final da fase I do projeto. Com relação às pendências referentes às bolsas oferecidas aos profissionais moçambicanos participantes da ação, a Capes informou que está em processo de finalização dos compromissos remanescentes. Foi confirmada a informação de que a fase II do projeto não deve ter continuidade.

PEC-G/PEC-PG – Além do projeto UAB Moçambique, no campo educacional há o consagrado Programa de Estudante-Convênio, em nível de graduação e de pós-graduação (PEC-G e PEC-PG), que tem formado moçambicanos no Brasil, muitos dos quais posteriormente atuam em posição de relevo no governo e na esfera privada do país. Moçambique tem sido o principal país africano beneficiado pelo PEC-PG, tendo tido 420 participantes no programa entre 2000 e 2018 (66 somente em 2018). O país também é um dos principais países africanos participantes do PEC-G, tendo enviado 221 estudantes para participar do programa no mesmo período.

ProAfri – O Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) moçambicano desenvolveram, com o apoio da Embaixada do Brasil em Maputo e da Divisão de Temas Educacionais do Itamaraty, o Programa de Formação de Professores de Educação Superior de Países Africanos (ProAfri), por meio do qual as universidades que integram o GCUB oferecerão vagas e bolsas de estudo em nível de mestrado e doutorado a professores de instituições de ensino superior de Moçambique.

O edital da primeira edição do ProAfri foi lançado em 13 de março de 2018. 27 universidades brasileiras ofereceram mais de 150 vagas e bolsas para o próximo ano letivo em cursos de pós-graduação para docentes

moçambicanos (a oferta de vagas e bolsas abrange 117 mestrados e 41 doutorados). Por se tratar de programa dedicado ao aprimoramento da qualidade de ensino superior oferecido em Moçambique, as universidades locais deverão obrigatoriamente endossar as candidaturas de seus docentes, de modo a permitir que as instituições de ensino possam orientar as demandas apresentadas ao ProAfri para áreas que sejam consideradas de maior carência ou de caráter estratégico.

O ProAfri tem o potencial de converter-se em valioso aporte ao desenvolvimento de longo prazo de Moçambique, uma vez que se trata de investimento intelectual com elevado potencial multiplicador. O objetivo do ProAfri é dotar Moçambique de autonomia para formação de professores e pesquisadores. Este programa poderá ter significativo impacto sobre a qualificação dos professores universitários moçambicanos.

As contrapartidas devidas pela parte moçambicana, contudo, poderão ser fator limitador do número de candidatos e vagas efetivamente aproveitadas. Cabe às instituições de ensino moçambicanas arcar com as despesas de viagem e seguro médico dos docentes selecionados. As universidades moçambicanas garantirão, ainda, a continuidade do pagamento de parcela dos salários dos professores pelo período em que estiverem no Brasil. Embora o desembolso devido pela parte moçambicana seja modesto, se comparado ao aporte das universidades brasileiras, é necessário ter em mente as carências materiais e o cenário de severas restrições orçamentárias do setor público vigentes em Moçambique.

A principal deficiência da educação superior oferecida no país é justamente a insuficiente qualificação do corpo docente. Na rede pública, a relação entre professores doutores e estudantes de graduação está na casa de um para 250; nas instituições privadas, a situação é pior: um doutor para cada 1200 alunos. Há 48 instituições de ensino superior legalmente constituídas no país, que contam com cerca de 5300 docentes em regime de dedicação integral. Destes, cerca de 540 são doutores e 1700, mestres. Os demais, quase 60% do total, possuem apenas a graduação. Além dos dados absolutos negativos, o sistema de ensino ressenete-se da má distribuição dos recursos. As duas mais tradicionais universidades do país, Eduardo Mondlane e Pedagógica, ambas públicas, concentram mais de 80% dos doutores e mestres.

Nesta primeira edição do ProAfri, 224 moçambicanos se candidataram ao programa; desses, 169 foram aprovados na primeira fase

de análise documental, 115 passaram pela análise de mérito e, ao final do processo, foram aprovados 59 candidatos, sendo 14 mulheres e 45 homens.

UNILAB – A Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB) é uma instituição vinculada ao Ministério da Educação voltada para capacitação das juventudes brasileira e africana, com sede em Redenção, no Ceará, e unidade em São Francisco do Conde, na Bahia. A UNILAB iniciou suas primeiras turmas de graduação em 2011, com a oferta dos cursos de Agronomia, Administração Pública, Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem e Engenharia de Energias e Letras. Participam da seleção nacionais dos PALOPs e de Timor Leste.

Em 2017, foram selecionados 15 alunos moçambicanos para a UNILAB.

Cooperação Educacional-Militar – Moçambique apresenta regularmente candidatos ao Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), oferecido pelo Estado Maior da Armada (EMA), destinado à formação e ao aperfeiçoamento de Oficiais da Marinha Mercante provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos culturais ou educacionais. O Programa oferece cursos de formação ministrados em português, com a inclusão de custeio de alojamento, alimentação, uniforme, auxílio financeiro, entre outras facilidades proporcionadas ao aluno.

No âmbito do PEPME 2018, foram selecionados 8 moçambicanos para participar dos cursos de graduação de Oficial de Náutica de Navegação (FONT) e de Oficial de Máquinas (FOMQ).

Cooperação em defesa

Há crescente cooperação bilateral na área de defesa, e espera-se que o diálogo na área possa ser fortalecido com a entrada em vigor, em 21/6/2015, do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em 2009.

É notável, porém, a intensa cooperação em intercâmbio de oficiais para treinamento e capacitação. Nos últimos anos tem crescido o número de Oficiais moçambicanos indicados para cursos no Brasil, tais como o Curso da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o Curso de

Formação de Sargentos da Aeronáutica, o Curso de Estado-Maior da Marinha do Brasil, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Força Aérea, além de formação na Escola Naval e no Instituto Militar de Engenharia (IME). Além disso, interessa ao Brasil aprofundar o apoio à revitalização de instituições militares moçambicanas, assim como aumentar a parceria na área de Indústria de Defesa.

No âmbito da CPLP, Moçambique participou do Exercício Felino, em setembro de 2017, na AMAN. O objetivo do Exercício Felino foi incrementar a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-Membros da CPLP e treinar o emprego em operações de apoio à paz e de ajuda humanitária, sob o amparo da Organização das Nações Unidas (ONU). Os treinamentos da série Felino iniciaram-se no ano 2000 e são uma oportunidade de promoção da cooperação, amizade e união entre os países da CPLP. A cada biênio é escolhido um país diferente para sediar o evento.

Intercâmbio de Oficiais para Treinamento e Capacitação – Em 2017, 10 militares moçambicanos estiveram participando de cursos de formação no Brasil nas distintas forças armadas. Os referidos militares estiveram na Academia Militar das Agulhas Negras (3); na Escola Naval (1); na Escola de Especialistas da Aeronáutica (2); curso de sargentos de saúde da Escola de Sargentos de Logística (2); no curso de oficial de saúde da Escola de Saúde do Exército (1); e no Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (1 major).

Moçambique criou, em 2011, o Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF) de Moçambique. A instituição militar moçambicana manifestou interesse em estabelecer cooperação com as Escolas de nível estratégico das Forças Armadas brasileiras, com vistas a obter apoio na estruturação da grade curricular dos seus cursos. Há atualmente no ISEDEF, um representante do EB e um da MB como instrutores, fornecendo treinamento em todos os seus cursos.

Em 2017, 33 militares moçambicanos realizaram capacitação na área de segurança de autoridades, envolvendo: (i) a capacitação de 17 integrantes das Forças Armadas de Moçambique em estágio de motociclista militar (com ênfase na função de batedor), a ser organizado pelo Ministério da Defesa do Brasil, realizada entre 13 a 31 de março de 2017; e (ii) a participação de 16 militares em estágio de segurança de autoridades,

organizado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), que ainda está tramitando o assunto internamente.

A iniciativa foi concebida pelo Presidente da República Filipe Jacinto Nyusi, que, ao visitar o Brasil na condição de candidato à Presidência em agosto de 2014, impressionou-se positivamente com o funcionamento dos serviços brasileiros de segurança de autoridades. O Contra-Almirante Joaquim Mangrassé visitou o Brasil em abril de 2016 para discutir com a então Casa Militar da Presidência da República a possibilidade de cooperação na área. O Chefe da Casa Militar de Moçambique manifestou por Ofício à Embaixada do Brasil em Maputo, em novembro de 2017, o interesse de dar seguimento às ações de cooperação na área.

Produtos de Defesa

Aquisição de Super Tucanos – O Governo de Moçambique manifestou interesse, em abril de 2011, na aquisição de três aeronaves A-29 Super Tucano, fabricadas pela Embraer. A empresa encaminhou propostas em 2011, em 2013, e em 2014 e em 2015, incluindo opcionais e treinamento de pilotos e técnicos. No continente africano, a aeronave já foi adquirida pelas Forças Aéreas de Angola, Burkina Faso, Mauritânia e Senegal.

As negociações não avançaram por dificuldades de financiamento das aeronaves.

Cancelamento do processo de doação de três aeronaves (T-27 Tucano) – Foi anunciada, em 2009, pelo Ministro da Defesa do Brasil, a doação de três aeronaves de treinamento T-27 (Tucano) à Força Aérea de Moçambique, em uma operação que incluiria a formação de pessoal moçambicano para a operação dos aviões. A mensagem presidencial que solicita aprovação do Congresso Nacional para a doação foi encaminhada em 21 de outubro de 2013, como PL 6646/13.

No entanto, em 30 de agosto de 2016, o Governo brasileiro retirou o PL de tramitação, fato que mereceu grande repercussão na imprensa moçambicana. Por essa razão, o Governo brasileiro expressou, em oportunidades distintas, não ter havido mudança de orientação da política externa quanto à África, que segue sendo prioridade do Brasil.

Esclareceram que o cancelamento da doação, cuja justificativa está na mensagem oficial que acompanha o projeto de lei que cancelou as referidas doações e é de conhecimento público, respondeu a motivações de caráter meramente técnico e orçamentário. Ademais, afirmaram que o Ministério da Defesa está empenhado em buscar novas formas de cooperação com Moçambique, como o provimento de mais vagas para capacitação de militares em cursos no Brasil.

Está em fase de estudos, pela Chefia de Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, um pacote de medidas de reforço da cooperação com Moçambique no campo da Defesa, de modo a refletir a prioridade que o Brasil confere aos laços de amizade com todos os países da CPLP, e em especial com Moçambique. Essas medidas, entretanto, não teriam cunho compensatório de qualquer espécie. Como já exposto à parte moçambicana, a doação das aeronaves não se concretizou por questões técnicas, e que provavelmente representariam custos elevados à força aérea daquele país.

Centro de Análise Estratégica da CPLP – O Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP) é o único organismo internacional com sede em Maputo do qual o Brasil faz parte. O órgão dedica-se a pesquisa, estudos e difusão de conhecimentos em matéria de defesa entre os membros da CPLP. Uma das principais atividades do CAE/CPLP tem sido a realização de seminários e encontros entre militares, representantes civis dos Ministérios da Defesa e diplomatas dos Estados-membros da CPLP representados em Maputo, com a eventual extensão de convite a não membros.

Nos referidos seminários, debatem-se temas relacionados à segurança internacional, como terrorismo e estratégias de defesa, ao papel das forças armadas e outras temas de interesse no segmento de defesa da CPLP.

O Conselho Consultivo do CAE reúne-se a cada mês de fevereiro, em reuniões que contam com a participação de representantes dos núcleos nacionais do CAE CPLP, que estão lotados em seus países de origem e funcionam como elo de ligação entre os Ministérios da Defesa de cada Estado-membro e o órgão do bloco lusófono. Nas reuniões, apresentam-se relatórios de prestação de contas e apontam-se rumos para a atuação futura do CAE CPLP.

Cooperação em Energia

Moçambique é um dos países com maior potencial energético da África. Possui grandes reservas estimadas de carvão (23 bilhões de toneladas) e de gás natural (mais de 180 trilhões de pés cúbicos), além de elevado potencial de geração de energias renováveis, como eólica (4.700 MW), solar (2.700 MW) e bioenergia (2.200 MW).

Ademais, o país é o sétimo maior produtor de energia hidrelétrica na África subsaariana (2.187 MW) e apresenta um dos maiores potenciais hidrelétricos no continente (19.000 MW), ainda pouco aproveitado, o que representa boa perspectiva para investimentos, tanto na construção de usinas quanto na implantação de linhas de transmissão, no que o país é particularmente carente.

A despeito do potencial energético, somente 40% (dados do governo, de 2014) da população de Moçambique tem acesso à eletricidade, apesar de o país produzir mais eletricidade do que necessitaria para o consumo interno - grande parte da produção moçambicana é destinada a vizinhos da África Austral, sobretudo a África do Sul. Estima-se que mais de 94% (2015) da população dependa de biomassa tradicional para cozinhar. Além de ineficiente, o uso acentuado dessas fontes tradicionais de energia causa impactos ambientais, como degradação florestal, e de saúde pública, quando utilizados para cocção alimentar. Quanto à geração elétrica, a maior parte advém de fontes renováveis, principalmente de usinas hidrelétricas (86%, 2015).

Moçambique apresenta forte aptidão agrícola, havendo grande potencial de produção de biocombustíveis, em razão de condições agroclimáticas favoráveis e da disponibilidade de terras aráveis (mais de 60 milhões de hectares), além de localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção para Ásia e Europa e proximidade com a África do Sul, importante mercado potencial. Pode-se destacar o potencial do país para produção de bioetanol a partir de cana-de-açúcar, especialmente tendo em vista a existência de quatro grandes usinas de açúcar já instaladas no país, uma delas, a Açucareira de Sena, na província de Sofala, controlada pelo grupo brasileiro Guarani. Segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas no âmbito de estudo de viabilidade de produção de biocombustíveis em Moçambique (publicado em 2013), bastaria o uso de 0,8% das terras aráveis do país para que se produzisse o etanol necessário para suprir a demanda interna de mistura de 10% na gasolina.

O uso da biomassa para a produção de combustíveis de transportes e cogeração de eletricidade, contudo, ainda é incipiente. Apesar de a legislação moçambicana prever a mistura de 10% de etanol à gasolina (E10), o governo tem enfrentado obstáculos para sua implementação, principalmente devido à carência de capacitação técnica em áreas como fiscalização e regulação.

Relações com o Brasil

Diante das oportunidades e dos desafios relacionados ao setor energético moçambicano, o Brasil apresenta grande potencial para cooperação e parceria, devido à experiência na regulação, em investimentos e na produção de distintas fontes de energia.

Nesse contexto, o Memorando de Entendimento (MdE) sobre a Cooperação na Área de Energias Renováveis, constitui importante instrumento para a ampliação da cooperação bilateral entre Brasil e Moçambique. O referido MdE foi firmado em 30 de março de 2015, após expiração, em 2011, do Memorando de Entendimento na Área de Biocombustíveis, de 2007. O novo MdE atualiza os objetivos da cooperação bilateral e conta com escopo mais amplo, ao incluir não somente biocombustíveis, mas também bioenergia e energias novas e renováveis em geral, como eólica, solar e hidroeletricidade. O documento também cria um Grupo de Trabalho bilateral, com o objetivo de promover e coordenar suas atividades.

Em uma primeira reunião exploratória do Grupo de Trabalho sobre Energias Renováveis (GTER), por videoconferência, em 20 de abril de 2016, as partes buscaram estabelecer entendimento para a construção conjunta de uma agenda de prioridades, que poderia, em princípio, incluir: o exame da possibilidade de desenvolvimento de projeto de cooperação técnica Brasil-Moçambique na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis, biogás, biomassa e co-geração elétrica; estudo de viabilidade de empreendimento em biocombustíveis e bioenergia; possibilidades de cooperação nas áreas de energia eólica e solar (incluindo mapeamento de potencial eólico e solar); dentre outros. Problemas técnicos, contudo, dificultaram a conclusão satisfatória dessa primeira reunião. Futuros encontros do GTER deverão debater formas de avançar na implementação paulatina da agenda, priorizando iniciativas que atendam ao interesse mútuo e à disponibilidade de cada parte.

Ademais, Moçambique é um dos países fundadores da Plataforma para o Biofuturo, iniciativa de cunho multilateral, lançada, sob liderança do Brasil, durante a UNFCCC COP22 (Marraquexe, 16/11/2016). A iniciativa abrange 20 países engajados na ampliação dos mercados e aprofundamento da inovação em biocombustíveis avançados e biomateriais. A cooperação multilateral nesse tema é importante complemento à cooperação bilateral com o Brasil.

Gás Natural – a confirmação, em 2011, de vultosas reservas de gás natural na Bacia do Rovuma, no extremo norte do país, e o projeto de liquefação de gás deverão posicionar Moçambique entre os maiores exportadores mundiais de gás. Além das oportunidades que poderão surgir para empresas brasileiras nesse processo, o Brasil poderá seguir contribuindo com Moçambique no compartilhamento de experiências. Registre-se, nesse contexto, que teve lugar, em 2014, missão da Direção Nacional de Combustíveis do Ministério da Energia de Moçambique ao Brasil para conhecer o marco legal e a experiência brasileira na produção e consumo de gás natural veicular (GNV).

Em 13 de junho de 2018, foi realizado em Maputo o I Seminário Brasil-Moçambique de Petróleo e Gás, com participação de autoridades, empresários e pesquisadores de ambos os países. Estão previstos investimentos de até US\$ 60 bilhões nos próximos anos nos campos de exploração de gás na Bacia do Rovuma, – o Brasil, no momento, ainda não conta com empresas envolvidas diretamente nos consórcios responsáveis pela exploração do gás em Moçambique. No seminário, foram debatidos temas diversos como os aspectos regulatórios, as políticas de conteúdo nacional e as parcerias com empresas que atuam no ramo de medições e certificações para a indústria do gás e do petróleo.

Investimentos

A presença econômica brasileira em Moçambique é marcante e diversificada. Segundo dados do Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique, o Brasil é hoje o maior investidor estrangeiro no país. Teve papel crucial na construção desse cenário a participação da Vale no projeto do Corredor Logístico Integrado de Nacala. Estima-se que o investimento total da mineradora em Moçambique ultrapasse a casa dos US\$ 8 bilhões.

Não há registro de fluxos recentes de investimentos moçambicanos no Brasil.

Corredor Logístico de Nacala – A Vale desenvolve em Moçambique seu segundo maior conjunto de investimentos no mundo, o projeto Moatize/Nacala, com valor total estimado em US\$ 8,3 bilhões - que fica atrás, tão-somente, dos investimentos da mineradora em Carajás (PA). A operação da mina de Moatize foi iniciada em março de 2012.

Em jan/2017, a VALE fechou acordo para a venda de parte dos ativos do Corredor de Nacala à japonesa Mitsui, aprovado pelos governos moçambicano e malawiano. A operação era condição indispensável para a conclusão do projeto. Pelo acordo, a Mitsui adquiriu 15% da participação da Vale na mina de carvão de Moatize (a Vale detinha 95% da participação acionária da mina) e 50% dos 70% de participação da Vale no Corredor de Nacala, com o pagamento de US\$ 770 milhões à VALE em contrapartida.

Em maio de 2018, a empresa divulgou comunicado informando que, pela primeira vez desde o início das operações em Moçambique, a empresa registrou caixa positivo. O resultado foi motivado pela alta do preço internacional do carvão e o aumento do volume produzido na mina de Moatize, que dobrou em relação a 2016. Foram pagos, no ano passado, US\$ 30 milhões em "royalties" ao Estado moçambicano, alta de 200% em relação aos US\$ 10 milhões pagos em 2016.

A extração de carvão da mina de Moatize, na província de Tete, somou, em 2017, 11,2 milhões de toneladas, comparados aos 5,6 milhões de toneladas em 2016, um crescimento de 100%. A previsão para 2018 é de extração de 15 milhões de toneladas. A mina de Moatize produz dois tipos de carvão, o térmico, vendido para termoeletricas, e o metalúrgico, usado na produção de aço. Os principais compradores são o Brasil e a Índia.

A apreciação do metical frente ao dólar em 2017 diminuiu o serviço da dívida em dólar, que soma cerca de US\$ 8 bilhões, o que teve impacto positivo no resultado financeiro da empresa. O acumulado do resultado líquido da Vale Moçambique, no entanto, continua negativo, em 380 bilhões de meticais, cerca de US\$ 6,3 bilhões.

O Corredor Logístico de Nacala, com extensão de 912 quilômetros (sendo 237 atravessando o território do Malawi), vem permitindo o aumento de produção e de competitividade do carvão moçambicano ao estabelecer uma capacidade de movimentação de 18 milhões de toneladas

de carvão por ano, a partir da mina de Moatize, atravessando o sul do Malawi, até chegar ao litoral nordeste de Moçambique, ponto em que o carvão passa a ser encaminhado aos mercados globais. A ferrovia também deverá transportar carga geral e, possivelmente, passageiros, incrementando o fluxo de pessoas, bens e serviços de Moçambique e do Malawi, com potencial redução de custos em importações e exportações de ambos os países. A inauguração oficial do Corredor de Nacala contou com a participação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, no dia 12 de maio de 2017.

A Vale Moçambique informou ainda, no comunicado, que emprega 6.427 trabalhadores, sendo 92% moçambicanos. Reiterou o compromisso com a sustentabilidade da operação e com o desenvolvimento social local. Ressaltou que possui cerca de 14 programas de gestão ambiental, incluindo qualidade do ar, gestão de ruídos, reabilitação de áreas degradadas, gestão de recursos hídricos, gestão de resíduos, monitoramento de fauna e flora, salvaguarda do patrimônio arqueológico e educação ambiental. Nos programas sociais, foram beneficiadas 1.028 pessoas, em projetos de avicultura, horticultura, doação de cabeças de gado e implantação de moageira para o fabrico de ração.

Além do Corredor de Nacala, a Vale também opera, em regime de concessão, a Linha do Sena, corredor logístico que liga a operação da mina de Moatize ao porto de Beira, compreendendo uma linha ferroviária de 575 km com capacidade de transporte de 6 milhões de toneladas de carga por ano. A referida linha também transporta passageiros.

Barragem de Moamba Major

A construção da barragem está a cargo da Andrade Gutierrez, com financiamento de US\$ 320 milhões pelo BNDES e contrapartida local de US\$ 110 milhões. Embora o BNDES tenha efetuado o desembolso de adiantamento no valor de US\$ 64 milhões, possibilitando o início da obra, o lado moçambicano não fez o desembolso da contrapartida inicial de US\$ 22 milhões, e os trabalhos têm sido mantidos em ritmo reduzido.

As parcelas do financiamento brasileiro vêm sendo pagas pelo governo de Moçambique, ainda que com atraso. O BNDES avalia a possibilidade de que haja liquidação antecipada do contrato, com saldo das pendências e transferência das obrigações de crédito barragem a terceiro agente financeiro (provavelmente, o China-Eximbank).

Financiamento às obras do Aeroporto de Nacala

As obras do Aeroporto de Nacala foram executadas pela Odebrecht e contaram com financiamento do BNDES no valor de US\$ 125 milhões. A operação foi aprovada pelo Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações (COFIG) em 2010. A entidade tomadora do empréstimo foi a estatal moçambicana Aeroportos de Moçambique (ADM).

Embora as obras já tenham sido concluídas, o financiamento do BNDES, com prazo de 15 anos, ainda está sendo pago. As parcelas vencidas em 15/11/2016, 15/5/2017 e 15/11/2017, no valor aproximado de US\$ 22,5 milhões, encontram-se em atraso, o que ensejou o "default financeiro" de Moçambique com o Brasil, levando o BNDES a acionar o Seguro de Crédito à Exportação do FGE.

Missão técnica do BNDES visitou Maputo em novembro de 2017, a fim de negociar o pagamento da dívida por parte de Moçambique. A dívida permanece, entretanto, pendente.

Programa Mais Alimentos (PMAI)

Em outubro de 2015, foram entregues as máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros referentes à primeira tranche (US\$ 32,5 milhões) do financiamento para Moçambique no âmbito do PMAI. Moçambique, no entanto, encontra-se inadimplente com outros financiamentos contratados junto ao governo brasileiro, e essa situação inviabiliza a aprovação de tranches futuras.

Comércio bilateral

Em 2017, o intercâmbio comercial bilateral alcançou US\$169,5 milhões, sendo que, pela primeira vez desde o ano 2000, o saldo da balança comercial foi negativo para o Brasil (-US\$109,67 milhões) – reflexo direto das operações da Vale em Moçambique, que geraram aumento das exportações de carvão (extraído das minas de Moatize) para US\$136 milhões (97,7% do total), comparadas a US\$21 milhões em 2016 e a US\$17 milhões em 2015. Além do carvão mineral, tabaco não manufaturado compõe o segundo item da pauta de importações do Brasil, somando US\$173 mil (2,2% do total).

As exportações brasileiras para Moçambique são diversificadas, somando, em 2017, US\$29,9 milhões, sendo que o principal item da pauta de exportações foi óleo de soja (31% do total, com valor de US\$9,2

milhões), seguido de correias de transmissão (10% da pauta, US\$3,1 milhões) e carne de frango (8,5% da pauta, US\$2,5 milhões). O Brasil é o 25º maior exportador para Moçambique, com fatia de 0,6% do total das importações moçambicanas.

Acordos em trâmite

Acordo de Previdência Social – O acordo previdenciário, a exemplo dos outros acordos previdenciários bilaterais firmados pelo Brasil, visa a garantir o direito à previdência social previsto na legislação de ambos os países, provendo arcabouço legal comum quanto às obrigações e direitos previdenciários. O tempo de contribuição em um dos dois países é considerado como tempo de contribuição no outro, de tal forma que gere benefícios em ambos os países, proporcional ao tempo de contribuição em cada um deles. O acordo foi assinado pelos ministros Aloysio Nunes Ferreira e seu homólogo moçambicano em maio de 2017, estando atualmente sob análise do Ministério da Fazenda (desde novembro de 2017).

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (AFCI)

O Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos assinado em março de 2015 aguarda ratificação pelo lado moçambicano.

Acordo de Cooperação Técnica

Assinado em março de 2015, está em tramitação no Congresso Nacional.

Informações consulares.

Estima-se em 1500 o número de brasileiros vivendo em Moçambique. O perfil da comunidade é formado por representantes do governo e de empresas brasileiras, por missionários e por cônjuges de nacionais moçambicanos(as).

POLÍTICA INTERNA

Colônia portuguesa por mais de 400 anos, Moçambique tornou-se independente em 1975. No entanto, o país viu-se mergulhado em guerra civil que opôs a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique) ao

governo da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) até 1992, quando se assinou Acordo de Paz.

O fato de o Acordo de Paz ter sido implementado sem maiores turbulências conferiu prestígio internacional ao país. A realização de eleições multipartidárias (1994, 1999, 2004, 2009 e 2014) de forma regular, democrática e pacífica; o pleno funcionamento da Assembleia da República; e a liberdade de expressão, religiosa e de associação chegaram a situar Moçambique na posição de país modelo, a ser emulado por Estados em situação pós-conflito.

Apesar do Acordo de Paz e da realização regular de eleições, os desentendimentos entre a Frelimo e a Renamo nunca foram inteiramente superados. Persistem desavenças em certos assuntos, tais como o desarmamento total da Renamo e a incorporação de suas forças residuais nas Forças Armadas de Moçambique.

Poder Legislativo

A Assembleia da República de Moçambique é um parlamento unicameral, com 250 membros eleitos diretamente por um sistema de representação proporcional em lista fechada para mandatos de cinco anos. A última eleição legislativa foi realizada em outubro de 2014, sendo que, atualmente, três partidos estão representados no parlamento moçambicano: Frelimo (144 cadeiras), Renamo (89 cadeiras) e MDM (Movimento Democrático de Moçambique – 17 cadeiras).

Últimas eleições, recrudescimento de confrontos e negociações diretas

Nas eleições presidenciais e legislativas realizadas em 2014, o candidato da Frelimo, o ex-Ministro da Defesa Filipe Nyusi, sagrou-se vencedor com 57% dos votos. Afonso Dhlakama, líder histórico da Renamo e candidato pelo partido foi o segundo colocado com 37%. O novo presidente tomou posse em jan/2015. Os resultados foram contestados pela Renamo. Dhlakama anunciou que os deputados eleitos pelo partido (89 ao todo) não tomariam posse, e iniciou périplo pelas províncias do centro-norte do país para convencer a população local da ocorrência de fraudes eleitorais e para propor a formação de um “governo de gestão”, no qual outros partidos, além de Renamo e Frelimo, poderiam participar. Propunha, igualmente, em tom mais virulento, governar, pela força, nas províncias onde os resultados lhe foram favoráveis, designadamente Sofala, Manica, Zambézia, Tete, Nampula e Niassa, todas na região Centro-Norte

do país. A bancada da Renamo chegou a submeter ao parlamento projeto que previa a possibilidade de o partido indicar os Governadores onde obteve maioria de votos nas eleições (em Moçambique, os governadores são indicados pelo Presidente da República). O projeto não passou no parlamento.

Menos de um mês após sua posse, o presidente Nyusi engajou-se diretamente em negociações com Afonso Dhlakama, ainda sob a égide do Acordo de Cessação das Hostilidades Militares de setembro de 2014. Com a lentidão das negociações, o abandono gradual do acordo de 2014 e a eclosão de novos enfrentamentos no interior do país, os contatos pessoais do presidente com Dhlakama foram escasseando até serem interrompidos e só vieram a ser retomados em dezembro de 2016. No fim daquele ano, foi decretada trégua provisória que foi sendo renovada até 4 de maio de 2017, quando foi convertida em cessar-fogo por prazo indeterminado, ainda vigente.

Situação atual – Acordo de descentralização e morte de Afonso Dhlakama

Em fevereiro de 2018, o presidente Filipe Nyusi anunciou ter sido alcançado consenso entre o governo moçambicano e a Renamo sobre projeto de revisão constitucional relativo à descentralização político-administrativa do Estado moçambicano. Será mantido o sufrágio universal e direto para a escolha do presidente da República, bem como dos membros da Assembleia da República, das Assembleias Provinciais e das Assembleias Autárquicas. Já os governadores provinciais, hoje cargos livremente providos pelo presidente, continuarão a ser nomeados pelo chefe de estado, que deverá, no entanto, observar a indicação de nome feita pelo partido, pela coligação partidária ou pelo grupo de cidadãos que lograr maioria nas Assembleias Provinciais. O governo central manterá o controle, nas províncias, das matérias de sua competência, como a definição de limites territoriais, a defesa nacional, a vigilância de fronteiras, as relações internacionais, a emissão de moeda, a exploração de recursos minerais, a produção de energia, tributos e a segurança pública. Além do governador, as províncias passarão a contar com um secretário de estado, a ser apontado pelo presidente como seu representante nas províncias.

No dia 3 de maio de 2018, o líder da Renamo Afonso Dhlakama faleceu em seu local de refúgio na Serra da Gorongosa, o que despertou

preocupações sobre a viabilidade da implementação do acordo alcançado entre Dhlakama e Nyusi. Contudo, apesar da incerteza gerada com o falecimento de Dhlakama, a revisão constitucional foi aprovada pelo parlamento moçambicano no final de maio, após acordo entre a Frelimo e os demais partidos sobre o regime de transição aplicável à nomeação de administradores distritais. As mudanças na estrutura política das províncias começam a ser implementadas a partir das eleições gerais de outubro de 2019, devendo consolidar-se até as eleições de 2024.

No âmbito do processo de paz, permanece em aberto o tópico da integração do braço armado da Renamo nas Forças de Defesa e Segurança de Moçambique. As lideranças parlamentares da Frelimo e da Renamo lançaram apelos, em intervenções durante a sessão parlamentar que analisou a revisão constitucional, pela continuidade das discussões sobre o tema. A propósito, a Renamo informou, na sequência das sessões parlamentares, que já retomou o diálogo de paz com o governo depois da morte de Dhlakama.

Refugiados

No contexto do recrudescimento dos enfrentamentos entre as Forças de Defesa e Segurança (FDS) de Moçambique e membros armados da Renamo, verificou-se aumento no deslocamento de moçambicanos em direção ao Malawi. Em poucos meses, chegou a ser estimado em 20.000 o número de refugiados moçambicanos na África do Sul, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Esse número reduziu-se significativamente ao longo do segundo semestre de 2016, sendo que atualmente estima-se haver cerca de 6.000 refugiados moçambicanos no Zimbábue e cerca de 3.000 no Malawi.

Ataques na Província de Cabo Delgado

Desde abril de 2017, a província de Cabo Delgado, no extremo norte de Moçambique, tem sido palco de ataques contra a população, repartições públicas e forças de segurança, possivelmente perpetrados por grupos adeptos de correntes radicais do islã. A presença muçulmana no norte de Moçambique remonta a vários séculos, e o convívio entre seguidores de diferentes correntes religiosas tradicionalmente vinha ocorrendo de maneira tolerante e pacífica.

O descontentamento com a pobreza extrema e a crescente desesperança parecem ter contribuído para o lançamento de jovens às correntes radicais, possivelmente influenciadas por clérigos fundamentalistas baseados no sul da Tanzânia. Entre o fim de maio e o início de junho, novos ataques deixaram cerca de vinte mortos na região, incluindo crianças e mulheres. O presidente Filipe Nyusi – nascido na região – tem sido criticado por não ter obtido sucesso em fomentar a pacificação da região. A difusão de segmentos radicais do islã na região parece estar ligada a diversos fatores que vão desde a perda de influência política e econômica das antigas elites muçulmanas, passando pela crescente repressão policial às escolas islâmicas e mesquitas consideradas extremistas, até a desilusão com a aventada perspectiva de melhora na qualidade de vida e dos serviços públicos após a chegada de vultosos investimentos estrangeiros na região, que se seguiram às descobertas de importantes reservas de gás natural no vale do Rovuma.

POLÍTICA EXTERNA

Moçambique confere especial atenção às relações com os países de seu entorno regional. Outra vertente prioritária da política externa moçambicana é a relação com os chamados doadores tradicionais, que há muito tempo vinham financiando, em boa medida, o funcionamento do Estado moçambicano - até a interrupção da ajuda na esteira do episódio dos chamados “empréstimos ocultos” (ver seção “Economia”). Embora Moçambique venha buscando alternativas à sua dependência dos países desenvolvidos (China, por exemplo), ainda prevalece a percepção de que não há condições de prescindir do apoio dos doadores tradicionais.

África do Sul

Entre os parceiros africanos de Moçambique, a África do Sul ocupa posição de destaque. Embora as relações diplomáticas oficiais entre os dois países tenham sido estabelecidas apenas após o fim do *apartheid*, as intensas relações econômicas fazem da África do Sul o principal parceiro de Moçambique no continente africano.

Atualmente, a África do Sul é o principal parceiro comercial, absorvendo aproximadamente 20% das exportações moçambicanas e respondendo por quase 30% das importações moçambicanas (principal vendedor ao país), que se concentram em energia e automóveis.

Apesar de intenso, o relacionamento bilateral vive, por vezes, momentos de tensão, como aquele vivido em abr/2015, quando o linchamento de emigrante moçambicano nos arredores de Joanesburgo, durante onda de xenofobia no país vizinho, gerou forte reação do governo Nyusi e pedido de desculpas formal por parte do presidente sul-africano.

Malawi

As relações entre Moçambique e Malawi são historicamente tensas. Durante a luta de independência moçambicana, o Malawi, sob a presidência de Hastings Banda, aliado das potências ocidentais na região, adotou postura ambígua, criando passivo que compõe importante elemento de fundo nas relações bilaterais.

A navegabilidade dos rios Shire (Malawi) e Zambeze (Moçambique) até o Índico constitui o principal foco de desentendimentos entre os dois países, havendo controvérsias no que diz respeito à sua utilização: enquanto o Malawi pretende utilizá-lo como outra forma (além da forma rodoviária por território moçambicano) de escoar sua produção e se conectar aos mercados internacionais, Moçambique demonstra interesse em continuar explorando seu potencial hidrelétrico (o que poderia comprometer a navegabilidade dos rios), além de demonstrar o velado desejo de manutenção do corredor terrestre para escoamento da produção malawiana, antevendo possível queda de receitas auferidas em taxas portuárias no porto moçambicano da Beira. Moçambique argumenta, ademais, não serem os rios naturalmente navegáveis, o que demandaria altos investimentos de dragagem, com forte impacto ambiental.

O presidente moçambicano Filipe Nyusi visitou o Malawi em maio de 2016, por ocasião de cimeira tripartite entre os dois países e a Zâmbia. Na ocasião, Nyusi visitou campos onde se encontravam refugiados moçambicanos que escaparam dos enfrentamentos militares e bloqueios de estrada nas regiões Centro e Norte de Moçambique. A questão dos refugiados adicionou novo atrito à tumultuada relação entre Moçambique e o Malawi, que chegou a ameaçar os refugiados moçambicanos de expulsão, situação hoje aparentemente contornada.

Nesse contexto, os investimentos da Vale no Corredor Logístico de Nacala, que atravessa parte do território malawiano, podem contribuir para o arrefecimento das tensões, na medida em que abrem oportunidades para o escoamento de produção agrícola do Malawi e ampliam os mercados de

seus produtos, fomentando maior cooperação logística entre o Malawi e Moçambique.

Rússia

Moçambique encontrou-se na zona de influência soviética desde a independência, em 1975, até 1987, quando, após a recusa pela União Soviética de sua entrada no Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON, alcunhado de “Plano Marshall soviético”), abandonou o socialismo e aproximou-se do governo de Ronald Reagan, adotando o Plano de Reestruturação Econômica no início da gestão do ex-presidente Joaquim Chissano (1985-2005).

Nos últimos anos, na esteira do crescente interesse russo por fazer-se mais presente na África, Moçambique e Rússia ensaiaram movimentos de reaproximação que culminaram com a assinatura de importantes acordos, sobretudo na área de cooperação militar, tendo a Rússia oferecido treinamento de pessoal e equipamentos militares para o governo moçambicano. Em novembro de 2017, a Rússia anunciou o perdão de 90% da dívida moçambicana (herdada em boa medida do período soviético), convertendo o restante (cerca de US\$140 milhões) em créditos para projetos de cooperação.

Em março de 2018, o chanceler russo Sergei Lavrov foi recebido pelo presidente Filipe Nyusi e por seu homólogo moçambicano, José Pacheco. Em declarações à imprensa, as autoridades dos dois países confirmaram o interesse da empresa russa Rosneft em explorar as reservas de gás no norte de Moçambique – em consórcio também integrado pela Exxon Mobil. No final de maio último, o chanceler José Pacheco retribuiu a visita, tendo reiterado em Moscou a intenção de aprofundar os projetos de cooperação tanto na área de defesa quanto nos investimentos da Rosneft no norte de Moçambique.

Outro tema relevante no relacionamento bilateral diz respeito aos empréstimos do banco russo VTB a empresas moçambicanas, no chamado escândalo das “dívidas ocultas” – contraídas sem os requisitos formais exigidos pela legislação do país africano e que culminaram com a suspensão dos financiamentos por parte de diversos organismos internacionais, vitais para o orçamento moçambicano. A revelação dos

empréstimos e a consequente suspensão de importantes fontes de financiamentos causou graves problemas à economia moçambicana.

China

Nos últimos anos, a China tornou-se um dos principais credores de Moçambique e ampliou sua presença no país, que já era destinatário de tratamento preferencial chinês entre os países africanos de língua portuguesa. Notícias de imprensa dão conta de que, no período de 2000 a 2014, a China destinou a Moçambique 6,5 bilhões de dólares em cooperação e realizou investimentos da ordem de 1,6 bilhão.

O Presidente moçambicano realizou, em maio de 2016, visita à China, primeira visita de Chefe de Estado moçambicano àquele país em 3 anos. Durante a visita, ficou consolidada “parceira estratégica abrangente de cooperação” entre os dois países, e repisaram-se compromissos que preveem, entre outros aspectos, a concessão de 16 milhões de dólares para a aquisição de 80 ônibus para transporte público, a abertura de 200 poços artesianos e a construção de centro cultural sino- moçambicano, bem como doação chinesa de 10 mil toneladas de arroz em apoio à segurança alimentar de Moçambique.

Portugal

Os dois países mantêm relação cordial, ainda sob o espectro do passado colonial. Nada que impeça ser Portugal um dos principais investidores externos no país e manter com Moçambique um dinâmico intercâmbio educacional e cultural. Portugal é o interlocutor mais acessível a Moçambique no grupo de apoio programático ao orçamento moçambicano.

Em sua primeira visita de Estado como Presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa esteve em Maputo, em maio de 2016, o que bem denota a prioridade atribuída pela política externa portuguesa a Moçambique. Disso também é ilustrativo o fato de Rebelo de Sousa ter proposto a Nyusi, no atual momento de dificuldade econômica vivido no país, o estabelecimento de parceria estratégica, ainda que não se tenha especificado o conteúdo dessa possível relação privilegiada.

Estados Unidos

Os Estados Unidos anunciaram a suspensão de sua ajuda financeira direta a Moçambique, seguindo os passos de outros atores internacionais (FMI, Banco Mundial, União Europeia e outros). Ao justificar o anúncio, o Governo norte-americano manifestou preocupação com empréstimos secretos contraídos por empresas estatais moçambicanas (seção “economia”).

Japão

O Japão é um dos grandes doadores e provedores de cooperação para o país. No entanto, alinhando-se com a posição dos países desenvolvidos e das instituições de Bretton Woods, pôs freios ao avanço do relacionamento com o país, em razão do escândalo do endividamento secreto de estatais moçambicanas (seção “economia”). Até que a auditoria externa ora em curso elucide o destino dos recursos malversados e os responsáveis pelas operações, os empréstimos japoneses a Moçambique estão suspensos.

União Europeia

Moçambique recebe expressivo apoio financeiro por parte da União Europeia. Em conjunto com os Estados-Membros, o bloco responde por cerca de dois terços da ajuda internacional ao país.

A ajuda europeia a Moçambique obedece aos termos do Acordo de Cotonou, que, assinado em 2000 e revisto em 2005 e 2010, rege a cooperação entre o bloco europeu e seus Estados-membros, de um lado, e os países do grupo ACP (África, Caribe e Pacífico), do outro. Sob a égide do Acordo de Cotonou, o Programa Indicativo Nacional para Moçambique do XI Fundo Europeu de Desenvolvimento previu recursos da ordem de 734 milhões de euros para o período de 2015 a 2020, com foco em boa governança e desenvolvimento rural.

A União Europeia integra o grupo de apoio programático ao orçamento moçambicano. Em razão do episódio em torno de empréstimos secretos contraídos por estatais moçambicanas, o bloco europeu anunciou a suspensão de sua ajuda financeira direta a Moçambique.

ECONOMIA

Moçambique vem enfrentando difícil situação financeira. A depreciação do metical, os elevados índices inflacionários, a queda no preço das commodities (especialmente o carvão, que apenas recentemente

tem dado sinais de melhoras) e a deterioração das contas públicas compõem cenário de grande pressão sobre o governo moçambicano. Como pano de fundo, heranças recebidas da administração anterior – sobretudo a dívida decorrente de polêmicos “empréstimos secretos”, que não passaram por canais oficiais de aprovação – reduziram substancialmente a capacidade de financiamento do Estado e constituem o cerne das mais graves questões econômicas hoje enfrentadas pelo país.

O caso EMATUM e as “dívidas ocultas”

O caso EMATUM consiste na contratação, em 2013, de uma dívida de US\$ 850 milhões junto a instituições financeiras suíças e russas pela EMATUM (empresa estatal moçambicana de pesca de atum) para a aquisição de embarcações francesas para as suas atividades. A dívida recebeu, em sua integralidade, garantia do Tesouro moçambicano. No entanto, do total contratado, somente US\$ 350 milhões foram efetivamente destinados à aquisição de embarcações de pesca; os US\$ 500 milhões restantes teriam sido destinados à compra de equipamento militar, com vistas ao estabelecimento de um novo sistema de defesa marítima.

O caso EMATUM, que inicialmente parecia isolado, acabou por desdobrar-se em extenso escândalo de “dívidas ocultas”. Isso porque se descobriu, posteriormente, que as dívidas contraídas pelo Estado moçambicano para fins militares, e sem seguir os trâmites legais e políticos necessários, seriam muito maiores do que valor inicialmente reconhecido (US\$ 500 milhões), chegando a algo em torno de US\$ 2 bilhões. As “dívidas ocultas” não foram submetidas ao Parlamento, não passaram pelos demais canais de aprovação em Moçambique, nem foram comunicadas ao FMI, com quem o país obtivera um empréstimo em fins de 2015. A situação levou a grave crise financeira e de confiança. Em mai/2016, o FMI suspendeu os desembolsos referentes ao empréstimo de 2015, no que foi seguido por Estados Unidos e membros do G14 - Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, União Europeia, Canadá e países europeus -, que suspenderam a ajuda direta ao orçamento. FMI e parceiros passaram a exigir a realização de auditoria “internacional e independente” das dívidas ocultas para a eventual retomada do apoio ao país.

Impasse Fiscal

Sem os desembolsos do FMI e sem a ajuda dos parceiros internacionais (que colaboram com aproximadamente 1/3 do orçamento), Moçambique vê-se mergulhado em crise fiscal, cuja gravidade poderia ser aliviada, no curto prazo, exatamente por meio da retomada desse apoio financeiro. Ocorre que a retomada desse apoio está condicionada ao retorno da dívida pública (que chega a 130% do PIB, de acordo com recente estudo da Standard & Poor's) a níveis sustentáveis, constituindo situação de verdadeiro impasse: Moçambique, necessitando do urgente retorno do apoio externo, insiste em reestruturar as “dívidas ocultas”, elemento necessário para recuperar a sustentabilidade da dívida; os credores, por sua vez, recusam-se a negociar antes da conclusão da auditoria das dívidas, processo atualmente em curso.

Há vozes dentro do governo, com indícios de assentimento implícito do FMI, favoráveis a marcar uma separação entre o conjunto das dívidas ocultas e aquelas de natureza bilateral (oficial), como as referentes às obras do aeroporto de Nacala e da barragem de Moamba Major, com o fim de trazer a dívida do país a níveis considerados sustentáveis.

Gás Natural

Se, no curto prazo, o governo moçambicano deposita esperanças na reestruturação da dívida e na normalização das relações com o FMI e demais parceiros, no longo prazo parece apostar nas receitas decorrentes da futura exploração do gás natural na província de Cabo Delgado.

Confirmadas em 2011, as imensas jazidas de gás natural da Bacia do Rovuma poderão fazer do país o terceiro maior exportador mundial do produto. As estimativas são de que os investimentos relacionados à exploração do gás chegariam, no longo prazo, à impressionante cifra de US\$ 100 bilhões - montante muitas vezes superior ao PIB moçambicano (US\$14,8 bilhões, em 2015, conforme últimos dados do Banco Mundial). Caso se confirmem os investimentos estrangeiros, o impacto na economia local deverá ser enorme. O FMI estima crescimento do PIB superior a 20% no primeiro ano após o início da comercialização do gás, que é esperado, no entanto, somente a partir 2022-2023.

A descoberta de uma das maiores jazidas de gás do mundo deverá ser o elemento mais importante do desenvolvimento econômico de Moçambique nos próximos anos. Ademais dos investimentos diretamente ligados à extração do gás e à sua exportação sob a forma liquefeita (GNL),

toda uma série de oportunidades de investimento deverá surgir em outras áreas, como a infraestrutura, os transportes, a construção civil e os serviços em geral, que pode ser, inclusive, do interesse de empresas brasileiras.

Crescimento econômico

A taxa de crescimento do PIB moçambicano foi de 2,95% em 2017 (frente a 3,76% no ano anterior). Os dados refletem as dificuldades econômicas enfrentadas por Moçambique nos últimos anos, com forte desaceleração do crescimento, quando comparados ao crescimento registrado nos primeiros anos da década, na casa de 7% do PIB anualmente. O fraco desempenho é explicado pelo Banco Mundial em termos da queda de produção decorrente da tensão político-militar e dos eventos climáticos; e da redução das despesas de investimento e consumo resultante de fatores como a política monetária restritiva adotada a partir do segundo semestre de 2016, a contenção da despesa pública e a suspensão da ajuda externa que se seguiu ao escândalo das dívidas ocultas. Com o início do retorno dos investimentos na exploração de gás natural no norte do país, prevê-se um salto no PIB moçambicano a partir dos primeiros anos da próxima década.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1962	Nacionalistas moçambicanos exilados reúnem-se na Tanzânia e formam a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), liderada por Eduardo Mondlane.
1974	Revolução dos Cravos em Portugal. Novo governo português concorda com o fim do império. Portugal e FRELIMO assinam o Acordo de Lusaca.
1975	Moçambique se torna independente. A FRELIMO governa o país sob regime de partido único. Samora Machel é o Presidente da República.
1976	A capital Lourenço Marques passa a ser chamada Maputo. Forças da RENAMO, grupo de oposição à FRELIMO, são armadas e treinadas pelo Governo segregacionista de Ian Smith (Rodésia). Moçambique impõe sanções econômicas à Rodésia.
1977	A FRELIMO adota a doutrina marxista-leninista.

1980	Com o fim do regime de Ian Smith na Rodésia, a RENAMO passa a ser apoiada pela África do Sul.
1984	O cessar-fogo é rompido e a RENAMO retoma as hostilidades.
1986	PR Samora Machel morre e é substituído por Joaquim Chissano.
1989	A FRELIMO abandona o marxismo.
1990	O Governo emenda a constituição e estabelece o multipartidarismo. Têm início as negociações entre o Governo e a RENAMO.
1992	PR Chissano e o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, assinam Acordo de Paz em Roma; estabelecida Missão de Paz da ONU para Moçambique (ONUMOZ).
1994	Chissano é reeleito.
1995	Moçambique se torna membro da <i>Commonwealth</i> .
Dez/99	Chissano derrota Dhlakama nas eleições presidenciais.
Jun/02	Chissano anuncia que não concorrerá a um terceiro mandato e a FRELIMO escolhe Armando Guebuza, veterano da independência, como candidato em 2004.
Fev/05	Guebuza vence Afonso Dhlakama nas eleições; na posse, o Governo brasileiro é representado pelo ex-Vice-Presidente José Alencar.
Jul/06	Banco Mundial cancela a maioria da dívida de Moçambique.
Fev/07	PR Hu Jintao visita Maputo e promete linha de crédito especial para as áreas de saúde, agricultura e infraestrutura.
Out/09	Eleições presidenciais, parlamentares e provinciais; Guebuza é reeleito.
Out/12	O líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, aquartela-se em antiga base militar do partido
Dez/2012	Governo aceita instituir mecanismo de diálogo com a RENAMO, porém diálogo esbarra em impasses.
Out/2013	Enfrentamentos entre a RENAMO e o governo atingem seu ápice.
Jan/2014	Retomada do diálogo político entre governo e RENAMO.
Ago/2014	Governo e RENAMO assinam declaração de cessação de

	hostilidades.
Out/2014	Realizam-se eleições presidenciais e legislativas em Moçambique. Filipe Nyusi (Frelimo) é eleito presidente.
Jan/2015	RENAMO boicota a abertura do parlamento por contestar o resultado das eleições e ameaça criar governo paralelo.
Abril/2016	FMI e outros doadores suspendem ajuda a Moçambique após revelações das dívidas ocultas contraídas por Moçambique.
Jan-Ago/2017	Negociações diretas entre Filipe Nyusi e Afonso Dhlakama para definir modelo de descentralização do país.
Out/2017	Início dos ataques na Província de Cabo Delgado. Governo fecha mesquitas consideradas extremistas.
Fev/2018	Filipe Nyusi anuncia ter chegado a acordo com RENAMO sobre modelo de descentralização.
Mai/2018	Afonso Dhlakama, líder histórico da RENAMO, falece em seu refúgio na Serra da Gorongosa.
Mai/2018	Parlamento aprova revisão constitucional sobre descentralização política em Moçambique.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1975	Moçambique conquista a independência (25/jun); Brasil e Moçambique estabelecem relações diplomáticas (31/dez).
Jan/76	Abertura da Embaixada do Brasil em Maputo.
Jun/80	Visita do Ministro Saraiva Guerreiro a cinco países africanos, incluindo Moçambique.
Jan/98	Abertura da Embaixada de Moçambique no Brasil.
Jul/00	Visita oficial do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a Maputo (III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP).
Jun/01	Visita oficial do ex-Presidente Joaquim Chissano a Brasília; o Presidente moçambicano participou também da Cúpula do Mercosul, em Assunção.
Ago/02	Visita do ex-Presidente Joaquim Chissano a Brasília (IV Cúpula da CPLP).

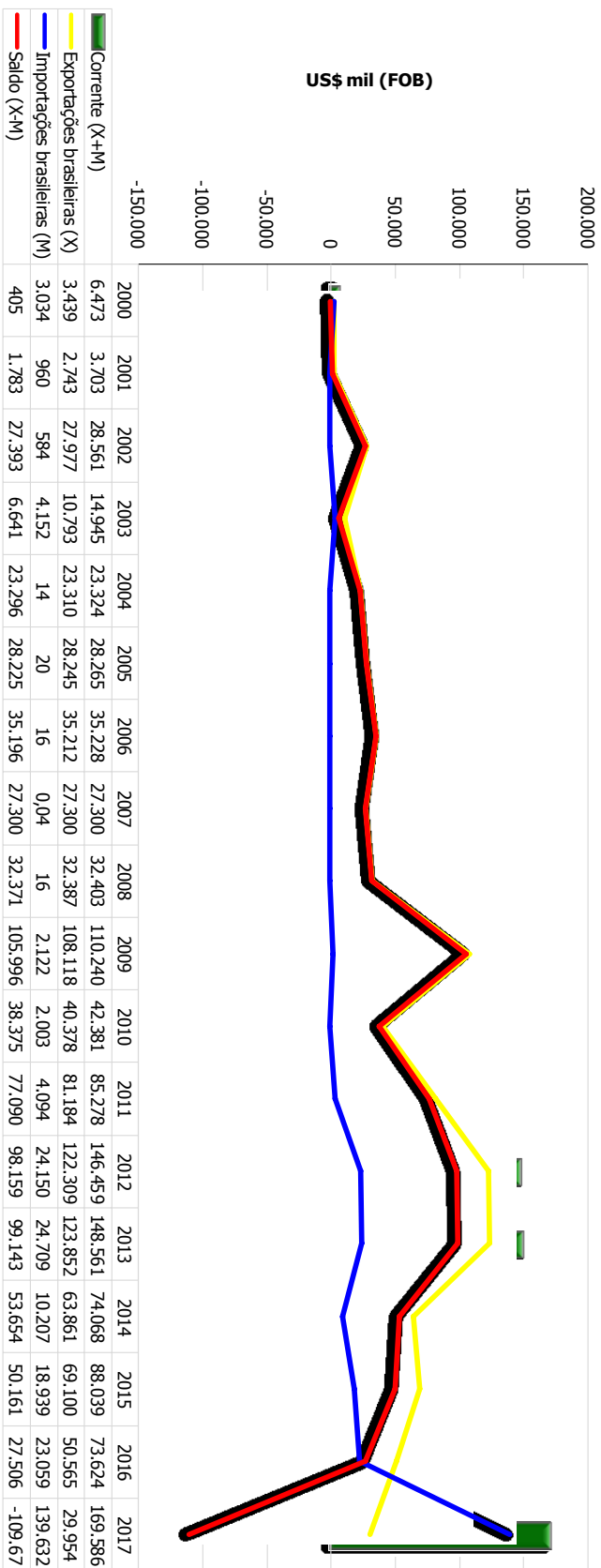
Mar/03	Visita do ex-Ministro Celso Amorim a Maputo.
Nov/03	Visita oficial do ex-Presidente Lula a Maputo. Assinado o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde, com vista à construção de laboratório para fabricação de medicamentos antirretrovirais genéricos.
Ago-set/04	Visita oficial do ex-Presidente Joaquim Chissano a Brasília, quando foi assinado acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique com o Brasil, no valor de US\$ 280 milhões.
Mar/05	Visita do ex-Ministro Celso Amorim a Maputo.
Set/07	Visita do Presidente Armando Guebuza ao Brasil, na condição de convidado de honra nas comemorações do Dia da Independência.
Set/08	Visita do MNE Oldemiro Balói a Brasília.
Out/08	Visita do ex-Presidente Lula a Maputo; inauguração da sede provisória do Escritório da FIOCRUZ-África.
Jul/09	Visita do PR Guebuza ao Brasil.
Dez/09	Aprovação pela CAMEX e pelo COFIG de mecanismo de financiamento do BNDES para obras de infraestrutura em Moçambique, no valor de US\$ 300 milhões.
Jun/10	V Reunião da Comissão Mista Bilateral, em Brasília.
Nov/10	Visita do ex-PR Lula a Maputo; inauguração da fase inicial de operações da Fábrica de Antirretrovirais e lançamento oficial dos três primeiros polos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique.
Jun/11	Visita do MNE Oldemiro Balói a Brasília.
Out/11	Visita da PR Dilma Rousseff a Maputo.
Abr/12	Visita do PM Aires Ali ao Brasil.
Jul/12	Visita do VPR Michel Temer a Maputo, por ocasião da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
Mar/2013	Presidente Dilma Rousseff encontra-se com seu homólogo moçambicano à margem da V Cúpula dos BRICS, em Durban.

Ago/2014	Filipe Nyusi, então candidato à Presidência de Moçambique, realiza visita ao Brasil.
Março/2015	Ministro de Estado Mauro Vieira visita Maputo, ocasião em que é assinado novo Acordo de Cooperação.
Mai/2017	Ministro de Estado Aloysio Nunes Ferreira visita Maputo.

MAPA

DADOS COMERCIAIS

Comércio Brasil-Moçambique

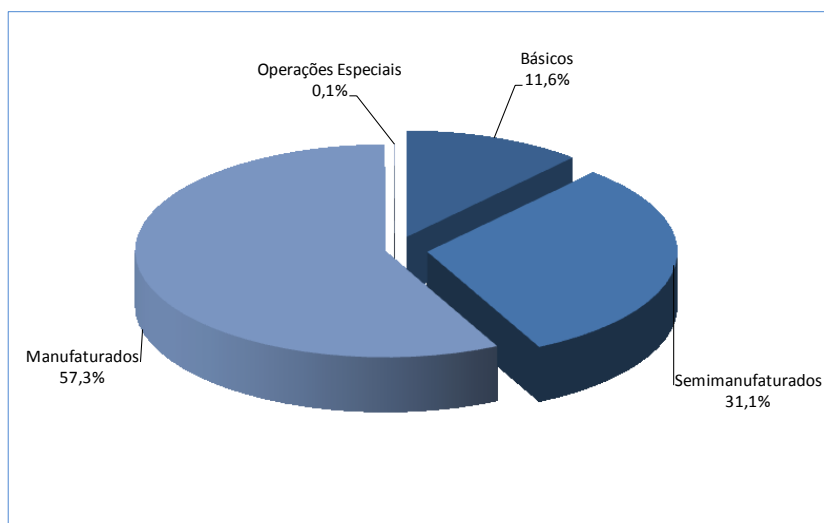


Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2018.

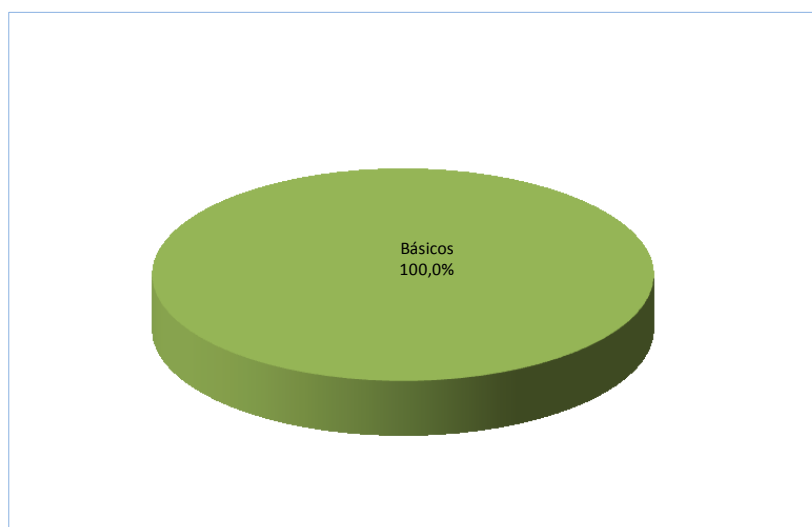
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mai)	8.778	41.979	50.757	-33.200
2018 (jan-mai)	7.251	86.223	93.474	-78.972

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



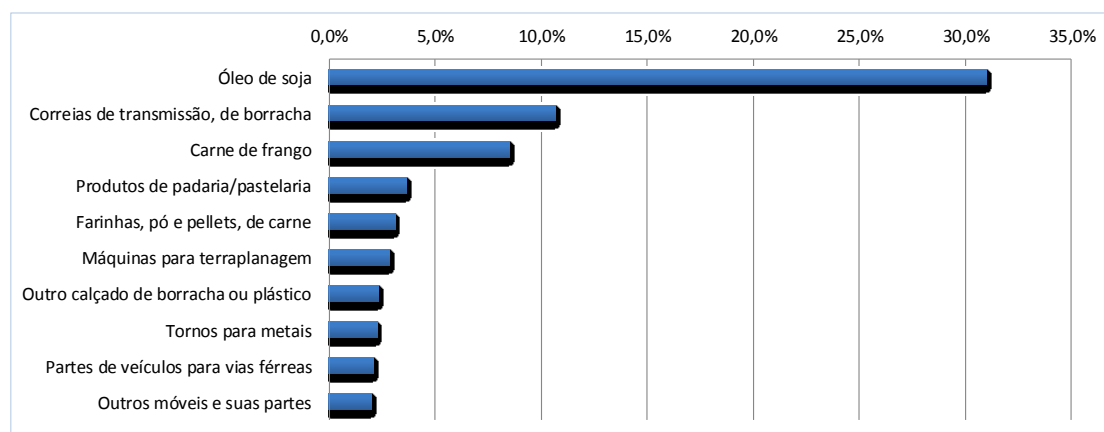
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

Composição das exportações brasileiras para Moçambique (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleo de soja	0	0,0%	30.163	59,7%	9.284	31,0%
Correias de transmissão, de borracha	42	0,1%	1	0,0%	3.198	10,7%
Carne de frango	8.858	12,8%	3.980	7,9%	2.550	8,5%
Produtos de padaria/pastelaria	1.310	1,9%	763	1,5%	1.091	3,6%
Farinhas, pó e pellets, de carne	931	1,3%	800	1,6%	929	3,1%
Máquinas para terraplanagem	164	0,2%	0	0,0%	856	2,9%
Outro calçado de borracha ou plástico	923	1,3%	362	0,7%	686	2,3%
Tornos para metais	0	0,0%	0	0,0%	671	2,2%
Partes de veículos para vias férreas	157	0,2%	106	0,2%	625	2,1%
Outros móveis e suas partes	781	1,1%	556	1,1%	592	2,0%
Subtotal	13.166	19,1%	36.731	72,6%	20.482	68,4%
Outros	55.934	80,9%	13.834	27,4%	9.472	31,6%
Total	69.100	100,0%	50.565	100,0%	29.954	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

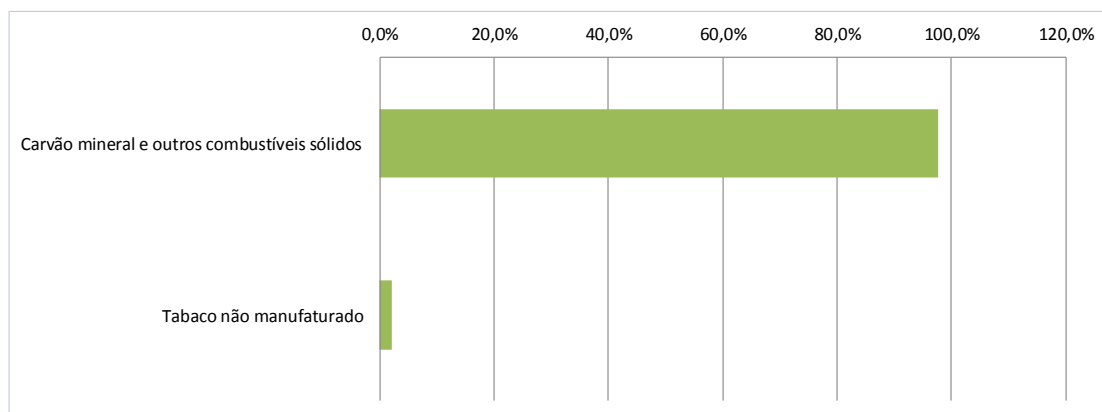


Composição das importações brasileiras originárias de Moçambique (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	17.483	92,3%	21.614	93,7%	136.438	97,7%
Tabaco não manufaturado	1.374	7,3%	1.244	5,4%	3.021	2,2%
Subtotal	18.857	99,6%	22.858	99,1%	139.459	99,9%
Outros	82	0,4%	201	0,9%	173	0,1%
Total	18.939	100,0%	23.059	100,0%	139.632	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



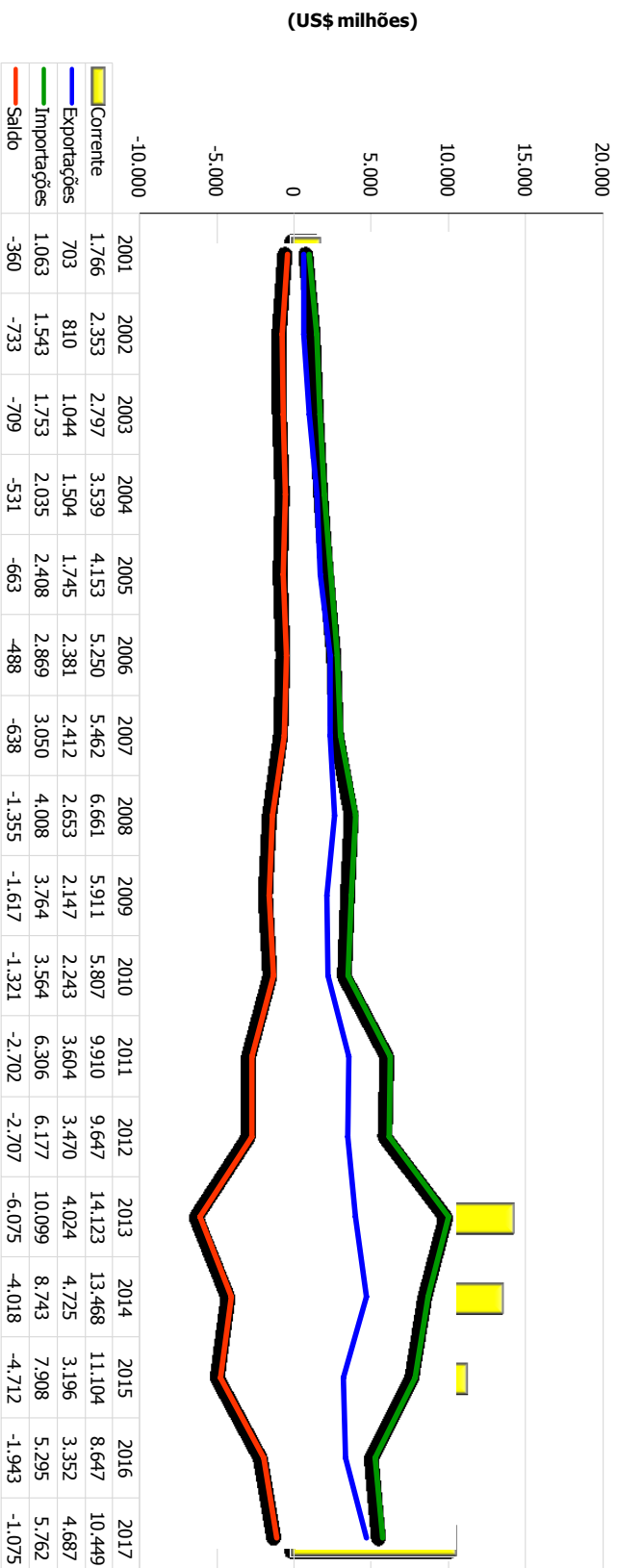
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 7 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Máquinas mecânicas	1.389	15,8%	1.343	18,5%	Máquinas mecânicas 8,5%
Carnes	1.109	12,6%	621	8,6%	Carnes 8,6%
Outros artefatos têxteis confeccionados	0	0,0%	572	7,9%	Outros artefatos têxteis confeccionados 7,9%
Farelo de soja	343	3,9%	521	7,2%	Farelo de soja 7,2%
Calçados	261	3,0%	517	7,1%	Calçados 7,1%
Produtos cerâmicos	342	3,9%	442	6,1%	Produtos cerâmicos 6,1%
Móveis	233	2,7%	433	6,0%	Móveis 6,0%
Óleos essenciais	134	1,5%	287	4,0%	Óleos essenciais 4,0%
Máquinas elétricas	97	1,1%	286	3,9%	Máquinas elétricas 3,9%
Automóveis	81	0,9%	259	3,6%	Automóveis 3,6%
Subtotal	3.989	45,4%	5.281	72,8%	
Outros	4.789	54,6%	1.970	27,2%	
Total	8.778	100,0%	7.251	100,0%	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	39.542	94,2%	85.922	99,7%	Carvão mineral e outros combustíveis sólidos 99,7%
Tabaco não manufaturado	2.395	5,7%	284	0,3%	Tabaco não manufaturado 0,3%
Subtotal	41.937	99,9%	86.206	100,0%	
Outros produtos	42	0,1%	17	0,0%	
Total	41.979	100,0%	86.223	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Comércio Moçambique x Mundo

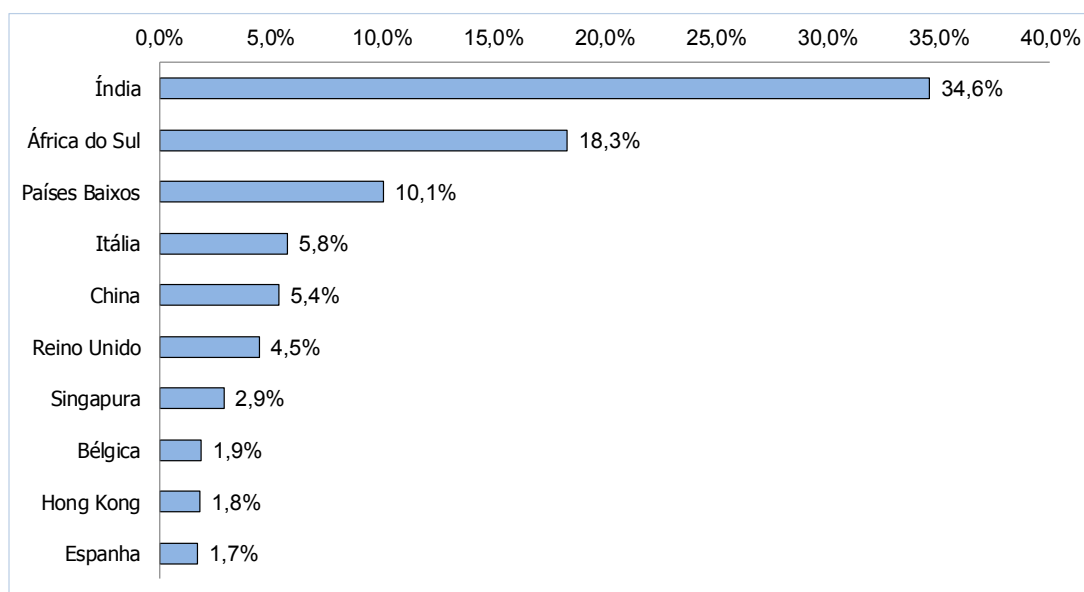


Elaborado pelo MRE/DRY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, June 2018.

Principais destinos das exportações de Moçambique
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Índia	1.622	34,6%
África do Sul	859	18,3%
Países Baixos	472	10,1%
Itália	270	5,8%
China	252	5,4%
Reino Unido	211	4,5%
Singapura	136	2,9%
Bélgica	89	1,9%
Hong Kong	86	1,8%
Espanha	81	1,7%
...		
Brasil (65º lugar)	0,9	0,02%
Subtotal	4.079	87,0%
Outros países	608	13,0%
Total	4.687	100,0%

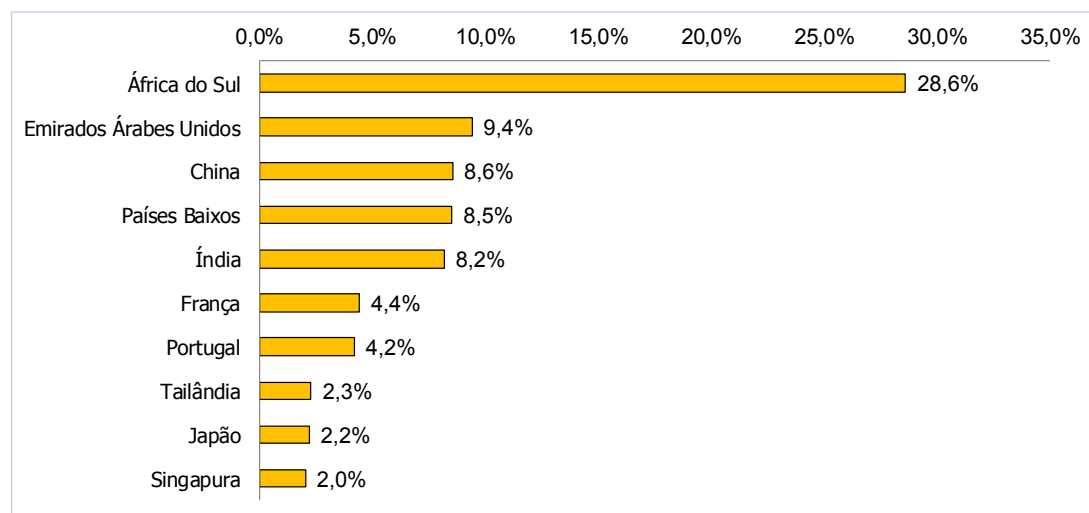
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.



Principais origens das importações de Moçambique
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
África do Sul	1.649	28,6%
Emirados Árabes Unidos	542	9,4%
China	493	8,6%
Países Baixos	491	8,5%
Índia	471	8,2%
França	255	4,4%
Portugal	242	4,2%
Tailândia	132	2,3%
Japão	127	2,2%
Singapura	117	2,0%
...		
Brasil (25º lugar)	33	0,6%
Subtotal	4.552	79,0%
Outros países	1.210	21,0%
Total	5.762	100,0%

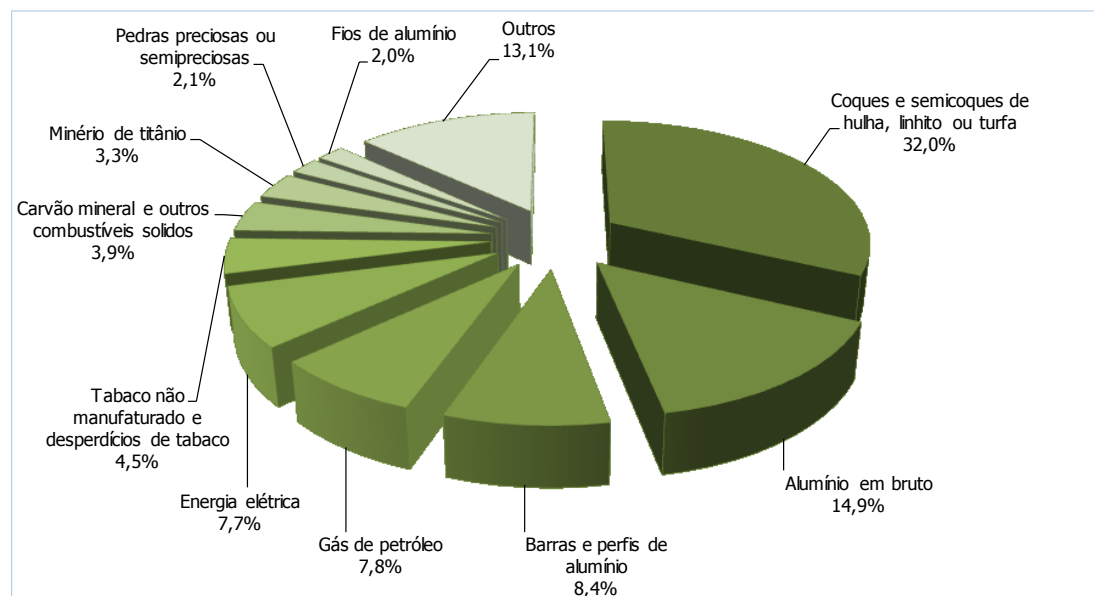
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.



Composição das exportações de Moçambique (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Coques e semicoques de hulha, linhito ou turfa	1.502	32,0%
Alumínio em bruto	700	14,9%
Barras e perfis de alumínio	396	8,4%
Gás de petróleo	365	7,8%
Energia elétrica	361	7,7%
Tabaco não manufacturado e desperdícios de tabaco	212	4,5%
Carvão mineral e outros combustíveis solidos	185	3,9%
Minério de titânio	157	3,3%
Pedras preciosas ou semipreciosas	98	2,1%
Fios de alumínio	95	2,0%
Subtotal	4.071	86,9%
Outros	616	13,1%
Total	4.687	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

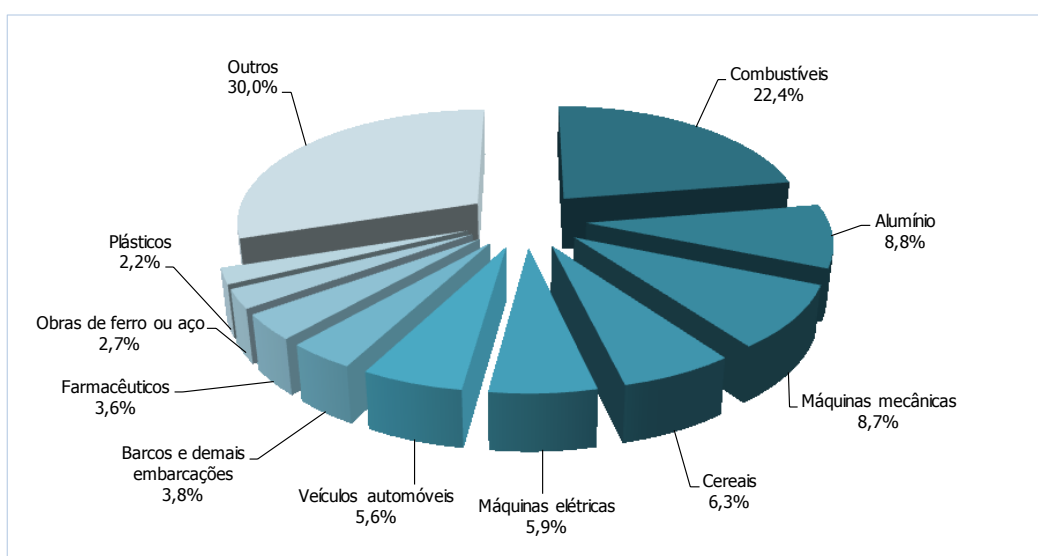


Composição das importações de Moçambique (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Combustíveis	1.293	22,4%
Alumínio	505	8,8%
Máquinas mecânicas	504	8,7%
Cereais	365	6,3%
Máquinas elétricas	340	5,9%
Veículos automóveis	325	5,6%
Barcos e demais embarcações	217	3,8%
Farmacêuticos	205	3,6%
Obras de ferro ou aço	153	2,7%
Plásticos	125	2,2%
Subtotal	4.032	70,0%
Outros	1.730	30,0%
Total	5.762	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Moçambique

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	3,76%	2,95%	2,96%	2,50%	2,37%
PIB nominal (US\$ bilhões)	11,27	12,68	14,32	15,02	15,70
PIB nominal "per capita" (US\$)	392	429	472	482	491
PIB PPP (US\$ bilhões)	35,05	36,73	38,68	40,51	42,28
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.219	1.244	1.275	1.300	1.322
População (milhões habitantes)	28,75	29,54	30,34	31,16	31,99
Inflação (%) ⁽²⁾	21,10%	7,16%	6,50%	5,50%	5,50%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-39,25%	-16,08%	-16,93%	-44,62%	-66,64%
Dívida externa (US\$ bilhões)	10,29	10,26	10,52	10,82	11,40
Câmbio (MT / US\$) ⁽²⁾	71,40	59,00	65,42	68,49	69,90

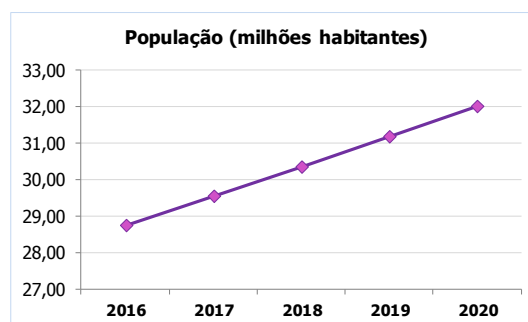
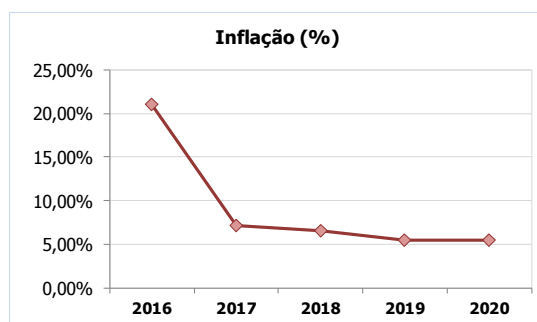
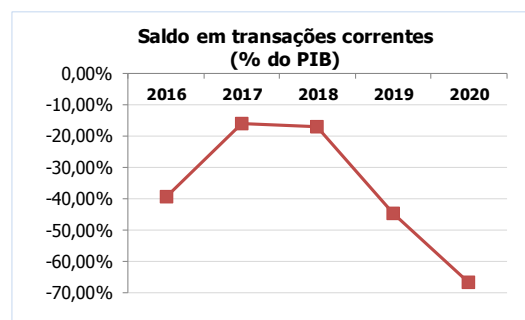
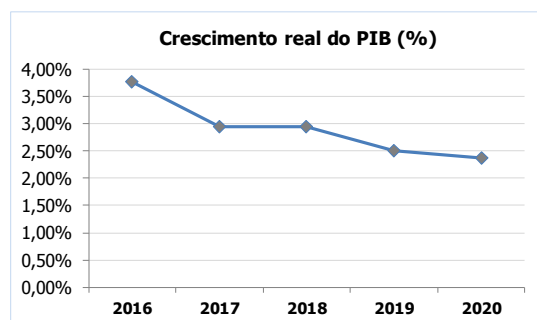
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	24,3%
Indústria	23,0%
Serviços	52,8%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2018 e do World Factbook/Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

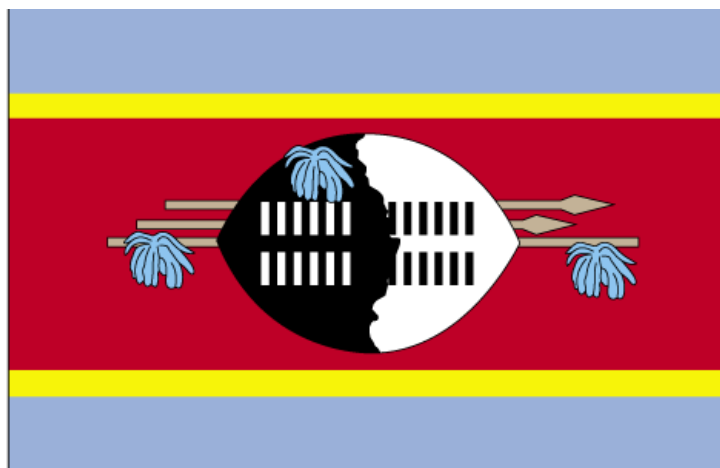
(2) Média de fim de período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
DIAAL

eSwatini (antiga Suazilândia)





OSTENSIVO
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE ESWATINI	
NOME OFICIAL:	Reino de eSwatini
GENTÍLICO:	suázi
CAPITAL:	Mbabane
ÁREA:	17.364 km ²
POPULAÇÃO (2013, BM):	1,25 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Inglês e Suázi
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Sionismo Cristão (40%); Catolicismo (20%); Islamismo (10%); Outras (30%, incluindo Anglicanismo, Baha'i, Metodista, Mórmon, Judaísmo).
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia Absoluta
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral, consistindo em Assembleia Nacional (65 assentos, sendo 55 eleitos e 10 indicados pelo Rei) e Senado (30 assentos, sendo 10 indicados pela Assembleia Nacional e 20 indicados pelo Rei).
CHEFE DE ESTADO:	Rei Mswati III (desde 25 de abril de 1986)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro Ministro Barnabas Sibusiso Dlamini (desde 4 de novembro de 2008)
CHANCELER:	Mgwagwa Gamedze (desde 4 de novembro de 2013)
PIB:	US\$ 3,842 bilhões (2014, FMI Est.)
PIB PPP:	US\$ 8,672 bilhões (2014, FMI Est.)
PIB PER CAPITA:	US\$ 3.475 (2014, FMI Est.)
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 7.843 (2014, FMI Est.)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	2,1% (2014); 2,7% (2013); 1,8% (2012); -0,6% (2011)
IDH (2013):	0,530 (148ª posição entre 187 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	49,0 anos (PNUD, relatório de 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	87,8% (PNUD, relatório de 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	28,2% (PNUD, relatório de 2013)
UNIDADE MONETÁRIA:	Lilangeni
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Njabuliso Gwebu (Embaixadora residente em Washington, desde outubro de 2016; cumulatividade)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há cidadãos brasileiros registrados

Brasil → eSwatini	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	2.233	2.434	22.749	20.994	4.386	1.895	885	568	2.429	932
Exportações	2.055	873	2.988	3.604	695	1.362	526	361	1.699	796

Importações	178	1.560	19.761	17.390	3.691	532	358	207	730	136
Saldo	1.877	-687	-16.773	-13.786	-2.995	830	167	154	968	659

PERFIS BIOGRÁFICOS

MSWATI III REI



Nascido **Makhosetive** (“Rei das Nações”) em 19 de abril de 1968, o rei de eSwatini sucedeu seu pai, Sobhuza II, em 1986. Era o segundo dos 67 filhos do monarca e filho único de *Inkosikati* LaTfwala. Tornou-se príncipe herdeiro em setembro de 1983 e foi coroado rei em 25 de abril de 1986, com a idade de 18 anos e 6 dias. O rei, que adotou o nome de Mswati III, e sua mãe, que possui o título de *Indovukazi* (A Grande Elefanta), regem juntos. Possui 15 esposas.

BARNABAS SIBUSISO DLAMINI PRIMEIRO MINISTRO



Nascido em 15 de maio de 1942, Barnabas S. Dlamini formou-se em Química pela Universidade de Wisconsin, em 1969, e, em 1976, em Economia e Contabilidade pela Universidade da África do Sul. Possui

Mestrado em Administração pela Universidade de Nova York. Foi Ministro das Finanças de 1983 a 1992. De 1992 a 1996, foi membro do Conselho Executivo do FMI, representando 20 países africanos. Foi Primeiro-Ministro e Membro do Parlamento, de 1996 a 2003, quando passou a exercer a função de conselheiro real. Nomeado novamente Primeiro-Ministro, encontra-se no cargo desde 2008.

RELAÇÕES BILATERAIS

No dia 19 de abril, em cerimônia de celebração dos 50 anos da independência da Suazilândia, o rei Mswati III anunciou que o nome oficial do país passou a ser o do **Reino de eSwatini**. O termo eSwatini significa, na língua suázi (siSwati), "lugar dos Suázis" e deve sua origem a Mswati II, que, durante seu reinado (1840-1868), expandiu e unificou o país. Suazilândia é versão anglicizada do termo. À diferença de muitos países do entorno, a Suazilândia não modificou seu nome quando da independência do país, em 1968. A ideia de restituir ao país seu nome original não era nova e volta e meia foi debatida após a independência. Em 2015, legisladores discutiram a possibilidade de mudança, ao passo que o próprio rei já havia empregado o nome em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2014 e na abertura do ano parlamentar suázi em 2017.

As relações com o Brasil foram formalmente estabelecidas em 1978, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Suazilândia, com residência em Maputo. Em setembro de 1993, o Príncipe Mbilini Dlamini, então Ministro de Obras e Construção, visitou o Brasil e manteve encontros com os Ministros das Relações Exteriores e dos Transportes. Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação Wilson M. Ntshangase participou da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada de 1 a 4 de dezembro de 2009, em Belém do Pará. Em maio de 2010, o Ministro da Agricultura Clement Dlamini participou do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília. Em 2012, o Rei Mswati III participou da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20.

Cooperação Técnica

As relações na área da cooperação entre Brasil e eSwatini têm como marco jurídico o Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 25 de janeiro de 2008, ratificado pelo Brasil em 23 de dezembro de 2008, mas ainda não em vigor por falta de ratificação de eSwatini. Registrou-se, em 2011, o interesse suázi em cooperar na área de HIV/Aids, tendo em vista que o país tem um dos maiores índices de prevalência de HIV no mundo (26%). Também houve demanda na área de agricultura. Entretanto, não há, no momento, nenhuma atividade de cooperação em curso com o governo daquele país.

Assuntos Consulares

Não há registro de brasileiros na Suazilândia. O atendimento consular eventualmente necessário é prestado pelo Setor Consular da Embaixada brasileira em Maputo, Moçambique.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há créditos da Suazilândia sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

A então Suazilândia tornou-se independente do Reino Unido em 1968, tendo assumido a chefia do Estado o Rei Sobhuza II. Em 1973, o soberano decretou estado de emergência, anulou a constituição, banuiu as agremiações políticas e concentrou poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado. Em 1986, ascendeu ao trono o Rei Mswati III – aos 18 anos de idade –, responsável pela introdução de importantes reformas políticas no país, que permitiram a reabertura do Parlamento e a realização de eleições, mas que não foram capazes de garantir, até o momento, o florescimento do multipartidarismo político.

Não obstante a existência de um Chefe de Governo, eleito pelo parlamento, o Chefe de Estado detém considerável poder político nas decisões governamentais. A peculiar situação geográfica da Suazilândia e o peso da África do Sul na economia do país fazem que as diretrizes emanadas de Mbabane guardem estreito relacionamento com o ambiente político em Pretória.

A cada cinco anos, realizam-se eleições parlamentares. Segundo o sistema suázi, conhecido como "tinkhundla system", 55 candidatos à Assembleia Nacional são nomeados por cada tribo ("chiefdom") para representar cada um dos 55 distritos administrativos ("tinkhundla"). Após as nomeações, os candidatos são eleitos por voto direto em dois turnos eleitorais (na tribo e, posteriormente, em cada um dos 55 distritos administrativos). Completam a Assembleia Nacional 10 candidatos nomeados pelo Rei. Além da Assembleia Nacional, há um Senado no país, composto por 30 membros, dos quais nenhum é eleito diretamente: 20 são indicados pelo Rei e 10 são escolhidos pela Assembleia Nacional.

Após longo processo de negociação, foi promulgada, em 2006, a nova Constituição do país que, embora estabeleça a liberdade de associação, mantém a proibição de partidos políticos, exigindo que os candidatos a pleitos políticos sejam independentes. A mesma constituição atribui ao monarca imunidade contra qualquer tipo de processo civil ou criminal.

Em 2008, foram realizadas as primeiras eleições parlamentares desde a promulgação da Constituição de 2006. O pleito se deu sem maiores incidentes, e a missão observadora da Southern African Development Community (SADC) considerou as eleições "livres e limpas", embora a União Africana e o Parlamento Pan-Africano tenham criticado a ausência de partidos políticos. Apesar da relativa tranquilidade do pleito, os períodos anterior e posterior às eleições foram conturbados, marcados por manifestações, bloqueios de fronteiras e demandas por reformas políticas. O evento mais grave ocorreu dois dias após a eleição, quando duas pessoas morreram na explosão acidental de bomba que seria colocada em uma ponte junto ao palácio real. Uma das vítimas era membro da People's United Democratic Movement (PUDEMO), a outra da Swaziland Solidarity Network (SSN). Ambos os grupos anunciaram apoio ao ato, sem assumir responsabilidade pelo planejamento do atentado.

Em resposta, o governo Suázi aprovou legislação antiterror, o Swaziland Suppression of Terrorism Act (SSTA), que dá ao governo o poder de deter, por até sete dias, em regime incomunicável, ou de expulsar do país sem julgamento, pessoas suspeitas de terrorismo.

Em setembro de 2013, realizaram-se novas eleições parlamentares. O pleito transcorreu sem incidentes e em "ambiente tranquilo e pacífico", segundo relatório da missão observadora da União Africana. Os resultados eleitorais explicitaram a vontade popular de renovação das lideranças: 44 deputados, incluindo seis ministros, foram derrotados em seus distritos. A oposição tem-se tornado crescentemente vocal na defesa de reformas políticas, em particular no que diz respeito à adoção de um sistema multipartidário.

A missão observadora da União Africana às eleições de 2013 reconheceu a necessidade de aperfeiçoamento da democracia no país e instou o governo suázi a garantir os direitos de liberdade de expressão e de livre associação, em conformidade com o direito internacional e com os princípios que devem reger eleições democráticas em países da União Africana.

POLÍTICA EXTERNA

O Reino de eSwatini mantém relações internacionais de pequena envergadura, havendo apenas quatro Embaixadas sediadas em Mbabane: os vizinhos África do Sul e Moçambique, além de EUA e Taiwan.

Embora formalmente tivesse sustentado posição neutra no campo das relações internacionais, a Suazilândia teve, historicamente, sua ação externa claramente alinhada ao bloco ocidental. Até o fim da Guerra Fria, o país manteve poucos vínculos com os países do bloco soviético, ao mesmo tempo em que desenvolveu relacionamento dinâmico com Israel e Taiwan (atualmente, eSwatini é o único país africano a manter relações diplomáticas com Taiwan). Daí resulta a simpatia de que o Estado

suázi desfrutou no passado junto às potências capitalistas, que apoiaram financeiramente os programas de segurança e desenvolvimento do país, visto então como uma força moderadora nos processos de consolidação nacional em curso na África Austral. Os Estados Unidos, em especial, consideraram a estabilidade da Suazilândia, ao longo de todo o desenrolar da luta anti-apartheid na África do Sul, uma garantia à estabilidade da sub-região.

O relacionamento com a América Latina é pouco intenso, não dispondo o país de qualquer representação residente na região. Da mesma maneira, os países latino-americanos são representados por intermédio de suas Embaixadas em Pretória (Argentina, México, Peru, Colômbia, Venezuela, Uruguai) e Maputo (Brasil e Cuba).

África do Sul

A África do Sul mantém bom relacionamento com o país, o que lhe garante a posição de principal parceiro internacional de eSwatini, graças à forte dependência da economia suázi em relação ao vizinho. Além de destinatário de 60% das exportações suázis e origem de 90% das importações do país, a África do Sul é também essencial para a política monetária suázi, uma vez que eSwatini adota a paridade entre sua moeda (lilangeni) e a sul-africana (rand).

EUA

As relações com os EUA são, em geral, boas e remontam à independência do Reino em 1968. A principal área de cooperação é a de HIV/Aids, implementada conjuntamente pela USAID, CDC, Peace Corps, African Development Foundation e pelos Departamentos do Trabalho e Defesa. Além disso, o governo americano opera programas de apoio às pequenas e médias empresas, educação (programa de bolsas de pós-graduação e de especialização de curto-prazo), treinamento militar, desenvolvimento institucional e de recursos humanos, agricultura e capacitação na área de comércio internacional.

Em 2014, os EUA condicionaram a renovação do acesso preferencial da então Suazilândia ao mercado estadunidense oferecido ao amparo do US African Growth and Opportunity Act (AGOA) a emendas nas esferas laboral e de direitos humanos.

Embora o parlamento suázi tenha atualizado a legislação laboral do país, em novembro de 2014, a ausência de avanços no campo dos direitos humanos levou à suspensão da Suazilândia do AGOA a partir de janeiro de 2015; sua elegibilidade foi restaurada em 2017.

Taiwan

O Reino de eSwatini mantém relações diplomáticas com a República da China (Taiwan). Taiwan é um dos principais investidores no país, especialmente no setor têxtil.

Organismos internacionais e outros

No âmbito regional, eSwatini é membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). O impasse causado pela participação da Suazilândia na COMESA - que conflitava com seu status de membro da SACU -, chegou ao fim com o anúncio de que eSwatini permanecerá como membro da COMESA, mas não integrará a sua união alfandegária. O país continuará, contudo, a beneficiar-se do status de membro não-recíproco da Área de Livre Comércio da COMESA, podendo exportar seus bens com tarifas reduzidas, sem conceder acesso recíproco ao seu mercado.

No âmbito das Nações Unidas, o país luta para que as nações desenvolvidas continuem a atribuir tratamento preferencial aos produtos suázis e que a Suazilândia seja retirada da lista de países de renda média, o que a impede de beneficiar-se das iniciativas internacionais de redução da dívida.

Cumpram ainda mencionar que, em 2010, o país manifestou interesse em se tornar Observador Associado da CPLP, chegando a formalizar pedido de adesão à Comunidade. O interesse deve-se, sobretudo, à proximidade e afinidade com a República de Moçambique. Não houve, porém, continuidade do processo de negociação.

Panorama Econômico

Desde a independência, foram adotados princípios de livre mercado, com o intuito de atrair investimentos estrangeiros. As reduções tarifárias acordadas em diversos instrumentos da SACU, os compromissos assumidos na OMC, bem como os acordos de comércio entre África Austral e UE tornaram a diversificação crucial para a Suazilândia, visto que reduziram as receitas alfandegárias que, em 2006/2007, chegaram a representar 66% da renda total.

Devido à paridade do lilangeni ao rand sul-africano, a livre movimentação de fundos no âmbito da Área Monetária Comum (CMA) implica que as taxas de juros devem ser semelhantes às sul-africanas, com exceção do prêmio de risco, caso contrário, haveria uma fuga de capitais para a RAS.

O estreito relacionamento com a África do Sul no âmbito da SACU e da CMA restringe a autonomia em matéria de política monetária e fiscal. A abertura e a pequena dimensão da economia, bem como as limitações da base exportadora, tornam a economia suázi vulnerável a choques externos. No período de 2009 a 2012, uma rápida redução das receitas alfandegárias oriundas da SACU produziu déficits anuais na faixa de 8%. Posteriormente, o nível das receitas alfandegárias da SACU recuperou-se, representando hoje cerca de 50% da renda do país.

Em 2014, os dados do FMI mostram que eSwatini alcançou crescimento de 2,1%, índice que elevou o PIB nominal do país ao nível de US\$ 3,842 bilhões e o PIB *per capita* a US\$ 3,475 mil. Entre os pilares da economia estão agricultura e a indústria agroalimentar. O setor agrícola, que abriga 70% da força de trabalho, carece, porém, de ganhos de competitividade e de escala. Na visão do FMI, o Reino deverá continuar mantendo taxas positivas de expansão.

A readmissão de eSwatini no âmbito do AGOA, em 2017, pode fazer com que a balança comercial com os Estados Unidos se torne positiva em 2018, a favor de eSwatini depois de ter sido negativa nos últimos três anos.

Agricultura

Devido ao grau de abertura da economia e à importância das exportações agrícolas, o PIB real da Suazilândia é fortemente influenciado tanto pelas condições climáticas quanto pelas oscilações de mercado. Baixos índices pluviométricos e a queda dos preços internacionais das *commodities* agrícolas exportadas pelo país (como, por exemplo, açúcar e frutas cítricas) fizeram com que o crescimento do PIB se tornasse mais lento desde 2000. No entanto, a melhora das condições climáticas, juntamente com o aumento da demanda por gêneros alimentícios, ajudaram o país a ter uma pequena aceleração do crescimento em meados da década (3,5% em 2007). A crise internacional de 2008-2009, somada à perda de vantagens obtidas por preferências tarifárias (do açúcar no mercado europeu e dos têxteis, graças à extensão das preferências a países asiáticos) modificou novamente esse cenário. O índice de crescimento do PIB voltou a níveis baixos, chegando a registrar índice negativo de 0,6% em 2011, seguido por alguma recuperação nos anos subsequentes (1,8% em 2012; 2,7% em 2013; e 2,1% em 2014).

À época da independência, a agricultura respondia por cerca de um terço do PIB; essa participação caiu para apenas 7,5% em 2011, graças ao crescimento do setor agroindustrial (especialmente o têxtil e de processamento da cana-de-açúcar, correspondentes a 47,7% do PIB) e de serviços (sobretudo públicos, 44,8%).

A produção agrícola processa-se em propriedades coletivas (Swazi Nation Lands, SNLs) ou em propriedades escrituradas (Title Deed Lands, TDLs). Enquanto as últimas respondem por 40% do total das terras e são utilizadas para produção comercial – cana-de-açúcar, frutas cítricas, algodão e abacaxi, além da pecuária –, recebendo maiores investimentos, com grandes extensões irrigadas e caracterizadas por alta produtividade, as propriedades coletivas empregam 75% da população em regime de produção de subsistência e sofrem de baixa produtividade e investimento. São ainda responsáveis por 90% da produção de milho, o alimento básico da população.

No que diz respeito às culturas de valor comercial, o governo vem incentivando o cultivo de algodão, considerado de boa

qualidade. A integração vertical foi planejada juntamente com a indústria têxtil local, para atender compromissos assumidos sob o AGOA com relação à origem de insumos. Setores como o de concentrados para refrescos, produtos alimentícios e de celulose encontram-se em expansão.

Indústria

Até meados dos anos 1980, o processamento de açúcar, polpa de madeira, frutas cítricas, abacaxi, algodão e carne respondiam por cerca de 80% do total da produção manufatureira. Desde 1986, quando a Coca-Cola transferiu suas instalações da África do Sul para a Suazilândia, desenvolveu-se fortemente a produção baseada em açúcar, aproveitando o baixo preço do insumo local. Mais recentemente, tem havido uma maior diversificação do setor manufatureiro, principalmente pelo desenvolvimento da indústria têxtil e de vestuário, como forma de aproveitar o acesso ao mercado norte-americano proporcionado pelo AGOA.

Comércio Bilateral

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pela Divisão de Inteligência Comercial, entre 2007 e 2017 o comércio bilateral entre o Brasil e a Suazilândia passou por grandes oscilações, com corrente comercial de apenas US\$ 568 mil, em 2015, e pico de US\$ 22.750 mil, em 2010. Houve recuo do comércio em 2014, principalmente, devido à diminuição das exportações brasileiras para esse mercado (-61,4%). Em 2010, 2011 e 2012, o Brasil experimentou os piores déficits com a Suazilândia: US\$ 16,8 milhões (de uma corrente total de US\$ 22.749.000); US\$ 13,8 milhões (corrente total de US\$ 20.994.000); e US\$ 2,9 milhões (corrente total de US\$ 4.386.000), respectivamente. De 2013 a 2017, o Brasil acumulou superávits da ordem de US\$ 831 mil (2013); US\$ 168 mil (2014); US\$ 154 mil (2015); US\$ 968 mil (2016); e US\$ 659 mil (2017).

Entre 2016 e 2017, as exportações brasileiras para eSwatini recuaram de US\$ 1.699 mil para US\$ 932 mil. Houve queda na exportação de bombas de ar ou de vácuo (principal

produto dessa corrente), e o Brasil passou a exportar ovos de aves (item que não compunha a pauta em 2015 e 2016). Os principais produtos exportados em 2017 foram: (i) bombas de ar ou de vácuo (valor de US\$ 320 mil, equivalentes a 40,2% do total); (ii) óleos essenciais (US\$ 195 mil; ou 24,5%); (iii) ovos de aves (US\$ 177 mil; ou 22,2%); (iv) ácidos carboxílicos (US\$ 40 mil; ou 5%); e (v) instrumentos e aparelhos de regulação ou controle, empacotados com calçados com sola de borracha/plástico e parte superior de couro natural (US\$ 19 mil; ou 2,4% do total, para cada grupo de produtos).

Entre 2016 e 2017, as importações brasileiras originárias de eSwatini caíram de US\$ 730 mil para US\$ 136 mil. Em 2017, os principais produtos importados foram: (i) aparelhos para interrupção, proteção, ligação ou conexão de circuitos elétricos (US\$ 98 mil, equivalentes a 71,9% do total); (ii) açúcar (US\$ 20 mil; ou 14,7%); (iii) aparelhos para projetar, pulverizar líquidos (US\$ 7 mil; ou 5,1%); e (iv) partes e acessórios de veículos automóveis (US\$ 4 mil; ou 2,9%); (v) correias transportadoras ou de transmissão de borracha (US\$ 3 mil; ou 2,2%).

O Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, aprovado pelo Congresso Nacional no final de 2010, é um instrumento que, quando em vigor, deverá contribuir para o incremento das trocas comerciais entre Brasil e eSwatini.

Investimentos

O Banco Central do Brasil não dispõe de registro de investimentos brasileiros diretos em eSwatini, nem de capitais oriundos de eSwatini no Brasil.

Cronologia Histórica

Séc. XVI	O povo suázi, sob a hegemonia do clã Dlamini, se separa do conjunto de bantos que migravam para o sul e se estabelece na região entre os rios Pongola e Usutu.
Séc. XIX	Migração em direção ao norte por parte do povo suázi e

	expansão da ocupação branca na região.
1836	Morte do rei Sobhuza I, sucedido por Mswati (Mswazi) II, que deu seu próprio nome à tribo.
1888	Consentimento suázi em estabelecer um governo provisório, formado por representantes do governo britânico, sul-africano e suazi.
1889	Estabelecimento da administração sul-africana anexando o território suázi.
1903	Os suázis passam a ser administrados pelo governador do Transvaal, após a Guerra dos Bôeres e a instituição do controle britânico sobre a região.
1949	Negado, pelos britânicos, o pedido de incorporação da Suazilândia pela União-Sul-Africana.
1963	É promulgada constituição que concede autonomia limitada aos suázis.
1967	É proclamado o Reino da Suazilândia sob proteção britânica.
1968	A Suazilândia torna-se independente do Reino Unido. O Rei Sobhuza II assume a chefia do Estado.
1973	Decretação de estado de emergência, com anulação da constituição, banimento das agremiações políticas e concentração de poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado.
1986	Ascensão do Rei Mswati III ao trono suázi e introdução de importantes reformas políticas no país.
2006	Promulgação da nova Constituição.
2008	Realização das primeiras eleições parlamentares sob a nova Constituição.
2013	Realização de eleições parlamentares.
2018	Mudança do nome do país para Reino de eSwatini.

Cronologia das Relações Bilaterais

1978	É estabelecida a Embaixada do Brasil junto ao então Reino da Suazilândia, com residência em Maputo, Moçambique.
-------------	---

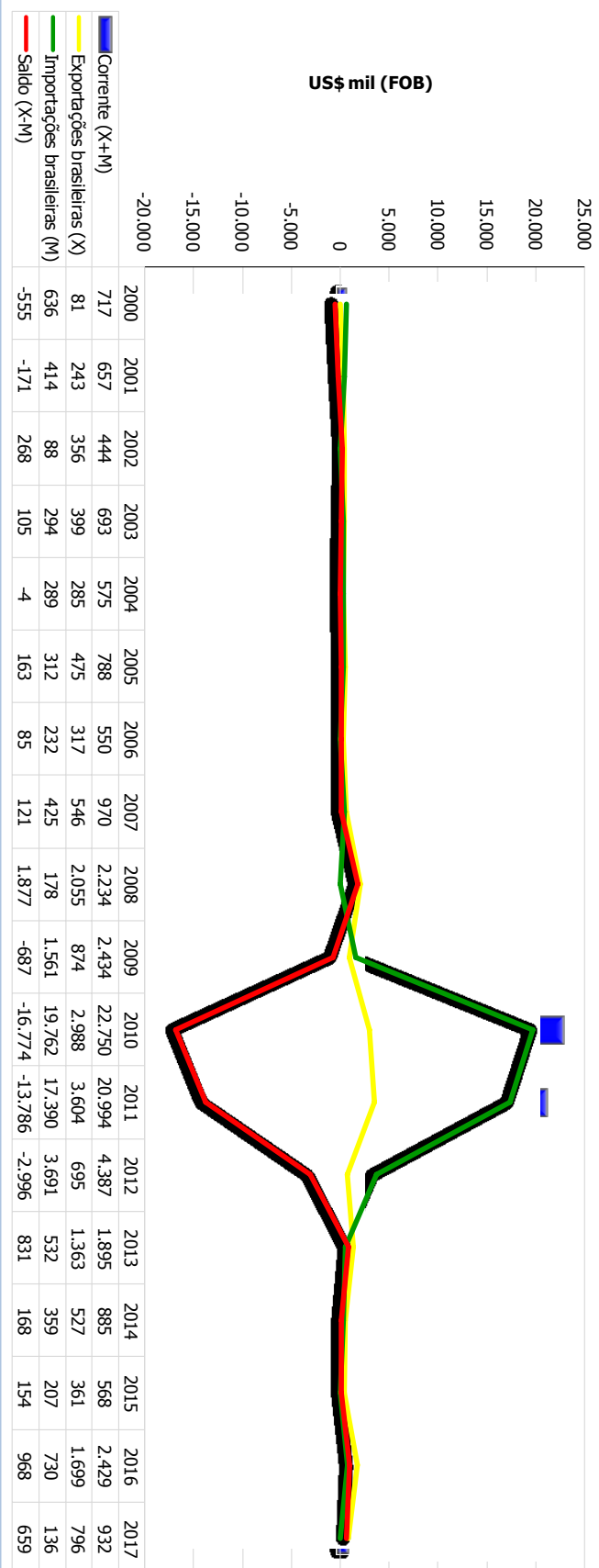
1993	O Príncipe Mbilini Dlamina, então Ministro de Obras e Construção, realiza visita oficial ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes.
2009	Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participa da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada em Belém do Pará.
2010	O Ministro da Agricultura da Suazilândia, Clement Dlamini participa do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília.
2012	O Rei Mswati III visita o Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20.
2018	Cerimônia de celebração dos 50 anos da independência da Suazilândia, da qual participou o chefe do posto, embaixador Rodrigo de Lima Baena Soares. Na ocasião, o rei Mswati III anunciou que o nome oficial do país passou a ser Reino de eSwatini.

Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia	25/01/2008	Em ratificação da outra parte

Dados Econômico-Comerciais

Comércio Brasil-Eswatini

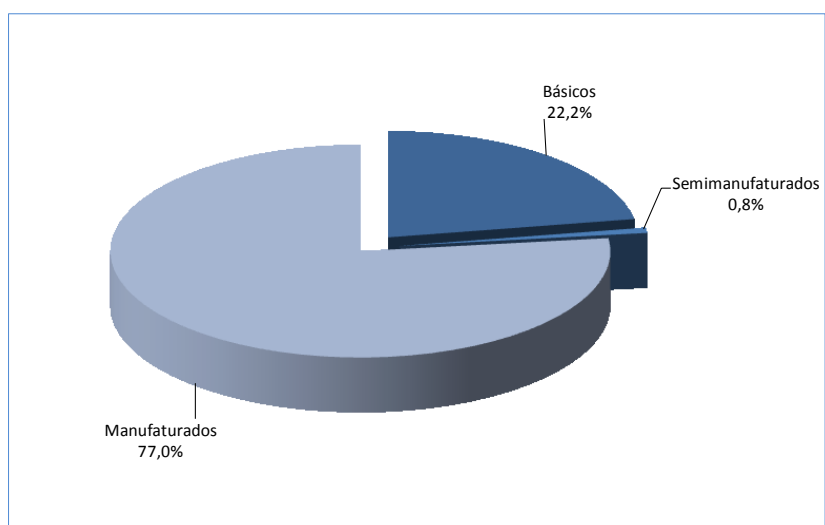


2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mai)	549	63	611	486
2018 (jan-mai)	82	58	140	24

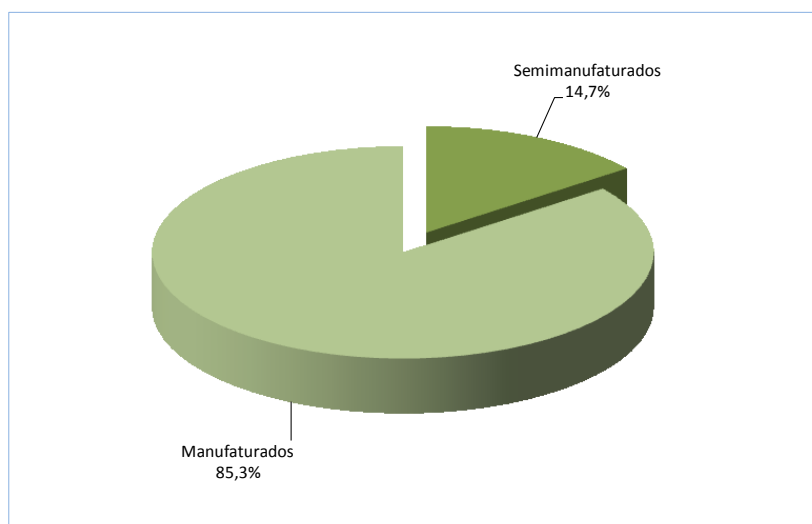
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



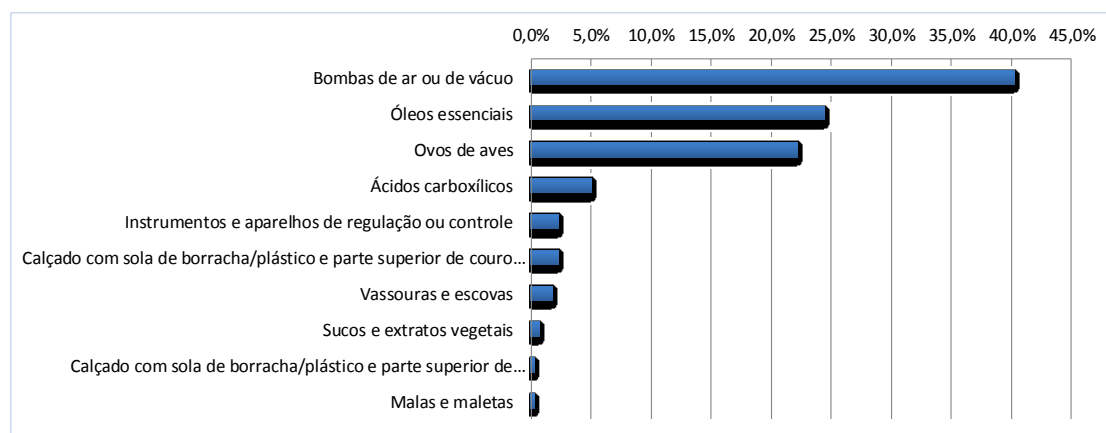
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

Composição das exportações brasileiras para Eswatini (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Bombas de ar ou de vácuo	150	41,6%	1.260	74,2%	320	40,2%
Óleos essenciais	0	0,0%	193	11,4%	195	24,5%
Ovos de aves	0	0,0%	0	0,0%	177	22,2%
Ácidos carboxílicos	31	8,6%	40	2,4%	40	5,0%
Instrumentos e aparelhos de regulação ou controle	21	5,8%	30	1,8%	19	2,4%
Calçado com sola de borracha/plástico e parte superior de couro natural	15	4,2%	10	0,6%	19	2,4%
Vassouras e escovas	0	0,0%	14	0,8%	14	1,8%
Sucos e extratos vegetais	0	0,0%	0	0,0%	6	0,8%
Calçado com sola de borracha/plástico e parte superior de matérias têxteis	1	0,3%	1	0,0%	2	0,3%
Malas e maletas	1	0,3%	1	0,1%	2	0,3%
Subtotal	219	60,7%	1.549	91,2%	794	99,8%
Outros	142	39,3%	150	8,8%	2	0,2%
Total	361	100,0%	1.699	100,0%	796	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

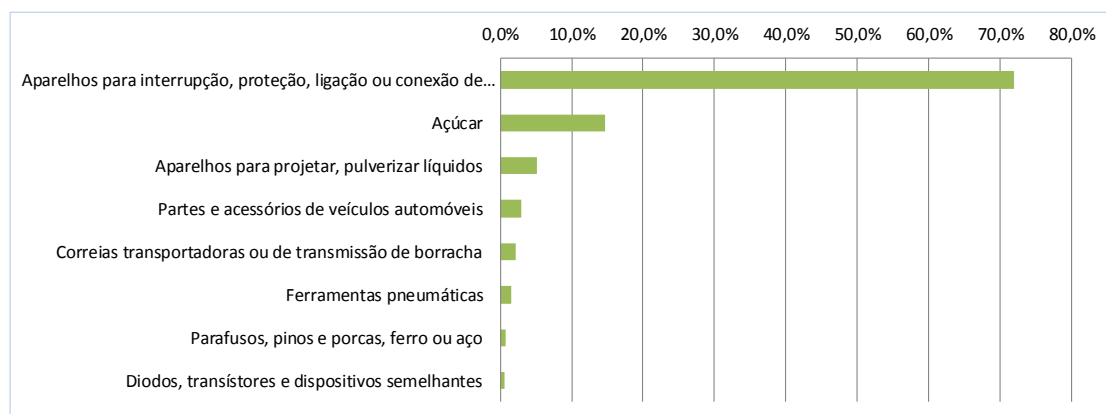


Composição das importações brasileiras originárias de Eswatini (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aparelhos para interrupção, proteção, ligação ou conexão de circuitos elétricos	90	43,4%	73	10,0%	98	71,9%
Açúcar	73	35,2%	62	8,5%	20	14,7%
Aparelhos para projetar, pulverizar líquidos	0	0,0%	0	0,0%	7	5,1%
Partes e acessórios de veículos automóveis	0	0,0%	0	0,0%	4	2,9%
Correias transportadoras ou de transmissão de borracha	0	0,0%	0	0,0%	3	2,2%
Ferramentas pneumáticas	0	0,0%	0	0,0%	2	1,5%
Parafusos, pinos e porcas, ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	1	0,7%
Diodos, transistores e dispositivos semelhantes	22	10,6%	0	0,0%	1	0,6%
Impressoras	0	0,0%	577	79,0%	0	0,0%
Instrumentos de medida ou controle	0	0,0%	12	1,6%	0	0,0%
Subtotal	185	89,3%	724	99,2%	136	99,7%
Outros	22	10,7%	6	0,8%	0	0,3%
Total	207	100,0%	730	100,0%	136	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



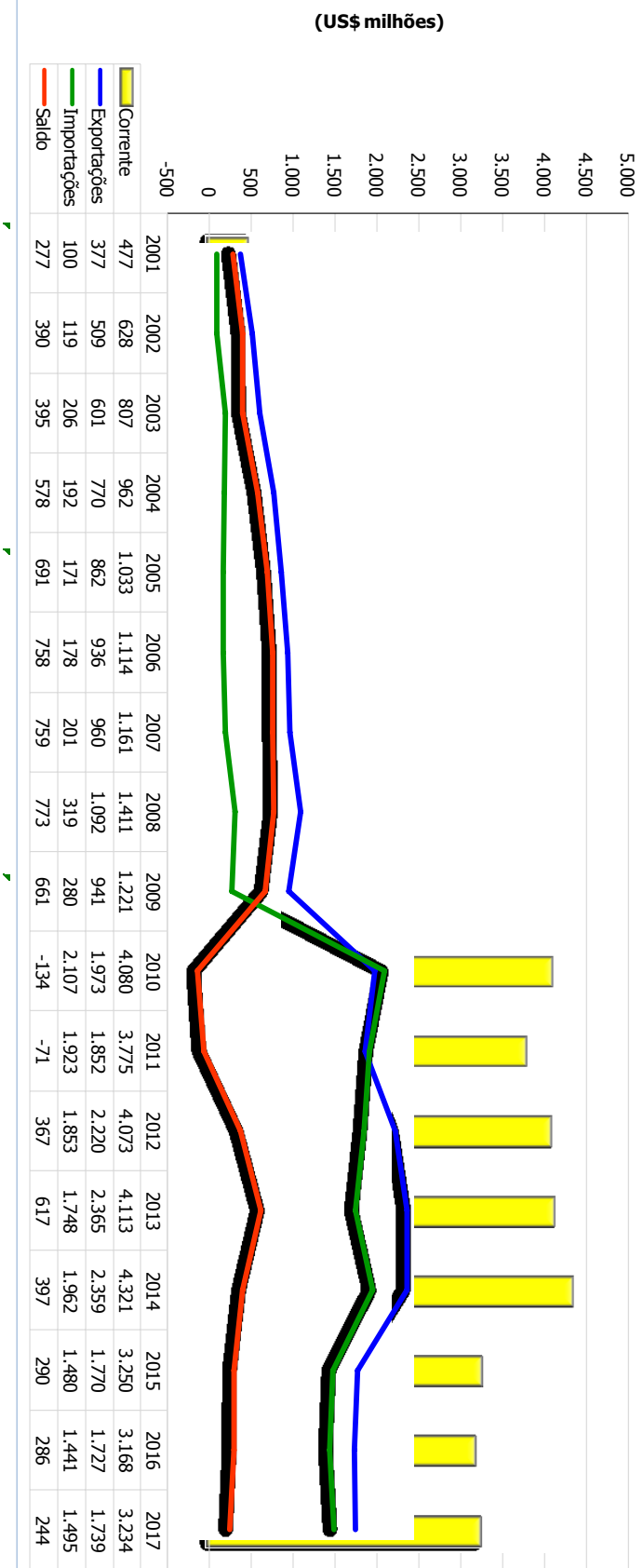
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Ovos de aves	0	0,0%	33	40,0%	
Sucos e extratos vegetais	0	0,0%	24	29,5%	
Calçado com parte superior de couro natural	0	0,0%	8	10,1%	
Ácidos contendo funções oxigenadas	19	3,5%	7	8,5%	
Peles com pêlo	0	0,0%	6	7,7%	
Outros calçado de borracha/plástico	0	0,0%	2	1,8%	
Calçado com parte superior de matérias têxteis	0	0,0%	2	1,8%	
Bombas de ar ou de vácuo	32	5,8%	0	0,0%	
Óleos essenciais	195	35,5%	0	0,0%	
Vassouras e escovas	14	2,6%	0	0,0%	
Subtotal	260	47,4%	82	99,4%	
Outros	289	52,6%	0	0,6%	
Total	549	100,0%	82	100,0%	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Aparelhos para interrupção, proteção, ligação ou conexão de circuitos elétricos	37	59,5%	57	97,7%	
Açúcar	7	11,2%	0	0,0%	
Aparelhos para projetar, pulverizar líquidos	7	11,2%	0	0,0%	
Subtotal	51	81,8%	57	97,7%	
Outros produtos	11	18,2%	1	2,3%	
Total	63	100,0%	58	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Comércio Eswatini x Mundo



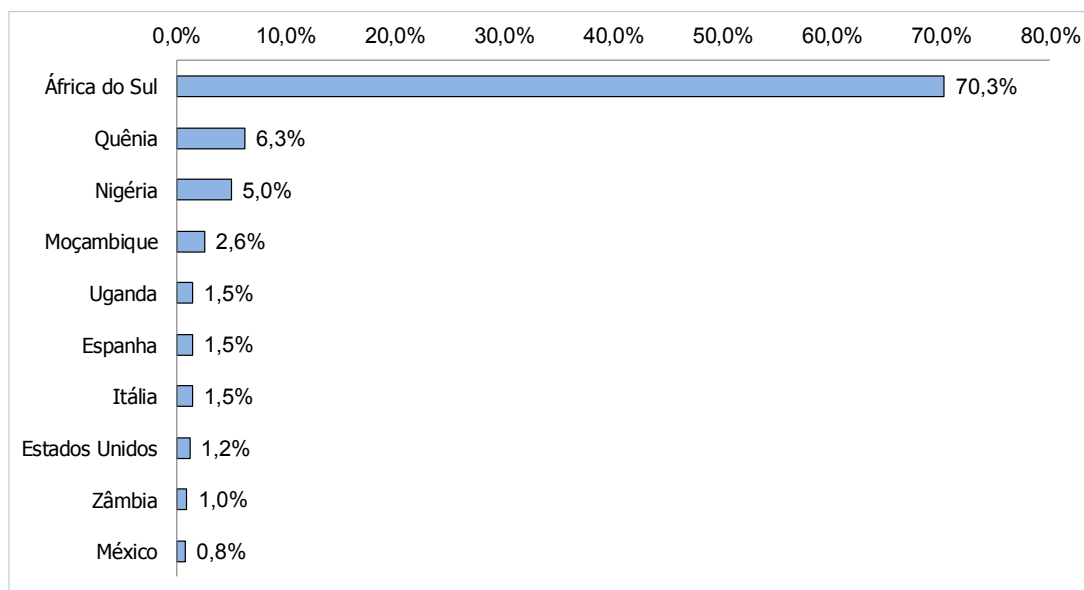
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, June 2018.
Eswatini não informou suas estatísticas ao TradeMap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações de Eswatini
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
África do Sul	1.223	70,3%
Quênia	109	6,3%
Nigéria	87	5,0%
Moçambique	45	2,6%
Uganda	26	1,5%
Espanha	26	1,5%
Itália	26	1,5%
Estados Unidos	21	1,2%
Zâmbia	17	1,0%
México	14	0,8%
...		
Brasil (54º lugar)	0,1	0,0%
Subtotal	1.594	91,7%
Outros países	145	8,3%
Total	1.739	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

eSwatini não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

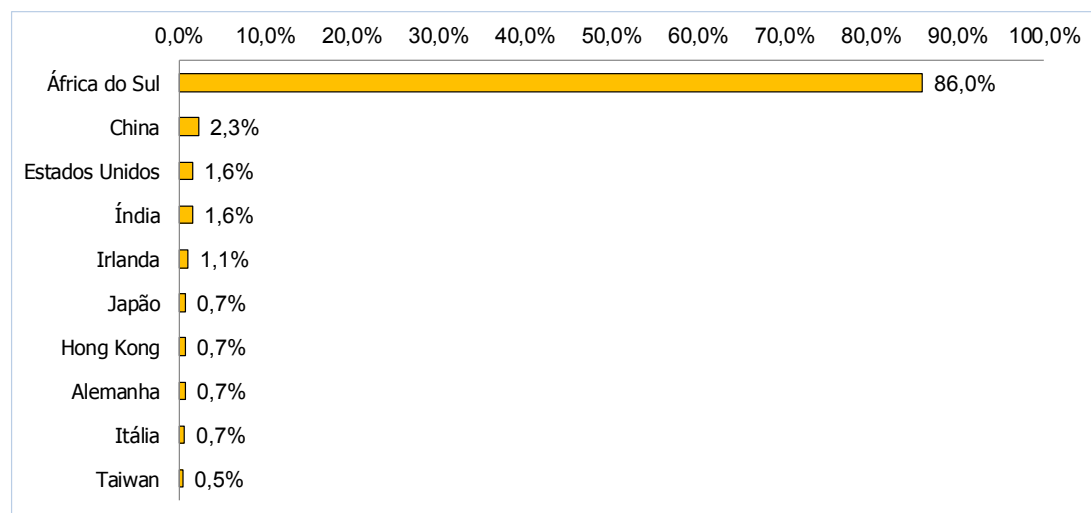


Principais origens das importações de Eswatini
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
África do Sul	1.285	86,0%
China	34	2,3%
Estados Unidos	24	1,6%
Índia	24	1,6%
Irlanda	16	1,1%
Japão	11	0,7%
Hong Kong	11	0,7%
Alemanha	11	0,7%
Itália	10	0,7%
Taiwan	7	0,5%
...		
Brasil (32º lugar)	1	0,1%
Subtotal	1.434	95,9%
Outros países	61	4,1%
Total	1.495	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

eSwatini não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



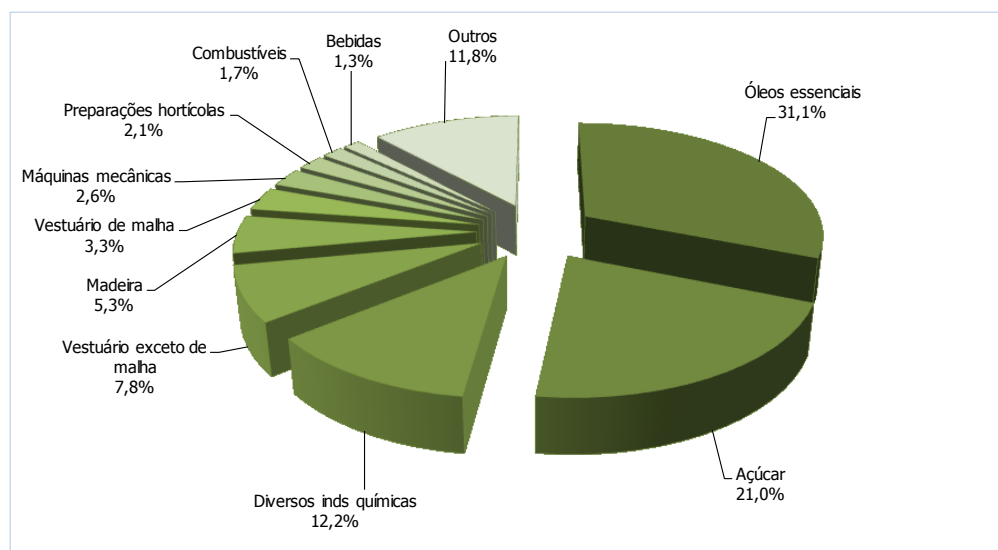
Composição das exportações de Eswatini (SH4)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Óleos essenciais	540	31,1%
Açúcar	365	21,0%
Diversos inds químicas	212	12,2%
Vestuário exceto de malha	135	7,8%
Madeira	92	5,3%
Vestuário de malha	57	3,3%
Máquinas mecânicas	45	2,6%
Preparações hortícolas	36	2,1%
Combustíveis	29	1,7%
Bebidas	23	1,3%
Subtotal	1.534	88,2%
Outros	205	11,8%
Total	1.739	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

eSwatini não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos exportados



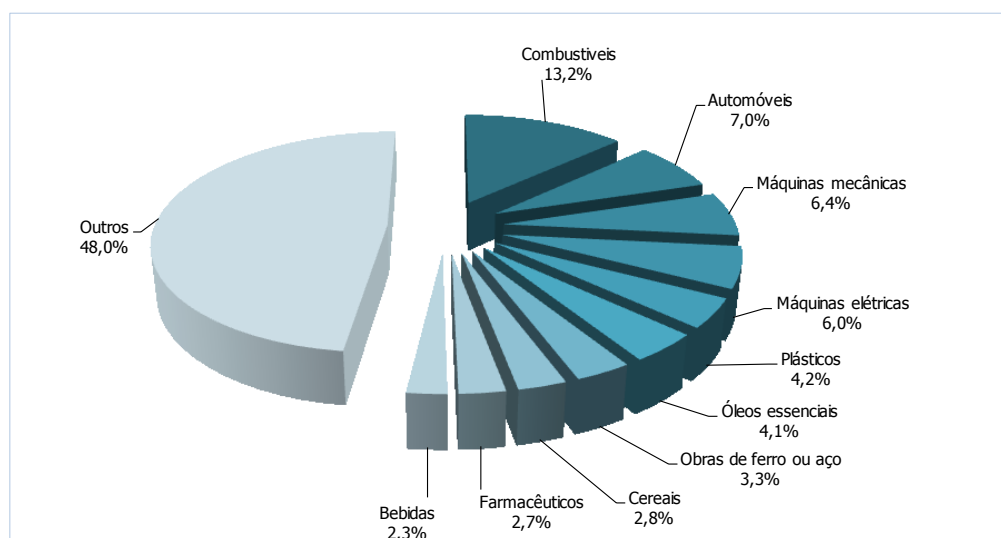
Composição das importações de Eswatini (SH4)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Combustíveis	198	13,2%
Automóveis	105	7,0%
Máquinas mecânicas	95	6,4%
Máquinas elétricas	89	6,0%
Plásticos	63	4,2%
Óleos essenciais	62	4,1%
Obras de ferro ou aço	49	3,3%
Cereais	42	2,8%
Farmacêuticos	40	2,7%
Bebidas	34	2,3%
Subtotal	777	52,0%
Outros	718	48,0%
Total	1.495	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

eSwatini não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Eswatini

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-0,01%	0,22%	-0,86%	0,15%	1,44%
PIB nominal (US\$ bilhões)	3,85	4,49	4,57	4,64	4,77
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.398	3.915	3.934	3.946	3.999
PIB PPP (US\$ bilhões)	11,11	11,34	11,50	11,76	12,17
PIB PPP "per capita" (US\$)	9.814	9.884	9.864	9.994	10.204
População (milhões habitantes)	1,13	1,15	1,16	1,18	1,19
Desemprego (%)					
Inflação (%) ⁽²⁾	8,95%	4,68%	6,00%	4,90%	6,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	16,67%	14,64%	15,38%	14,96%	16,83%
Dívida externa (US\$ bilhões)	0,50	0,50	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (E / US\$) ⁽²⁾	14,70	13,30	12,64	14,05	n.d.

Origem do PIB (2017 Estimativa)

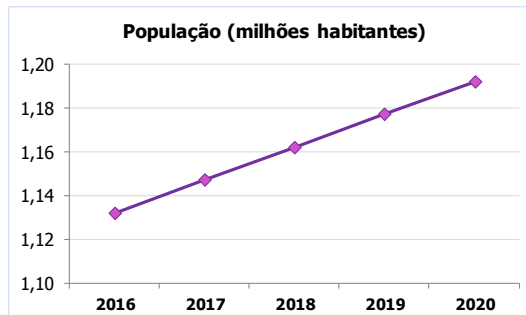
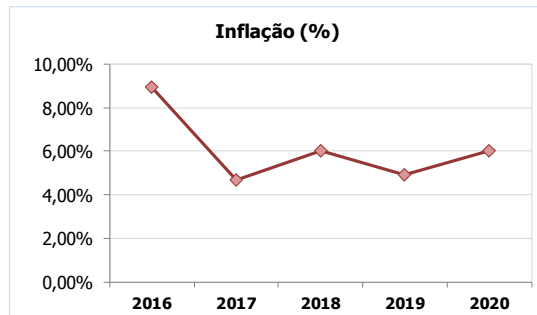
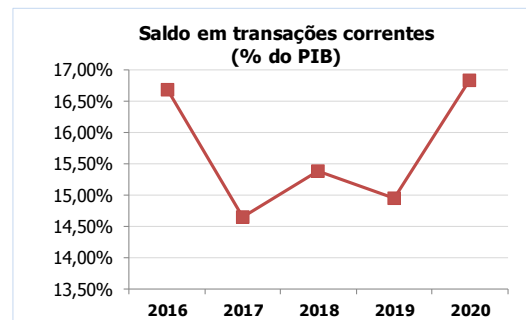
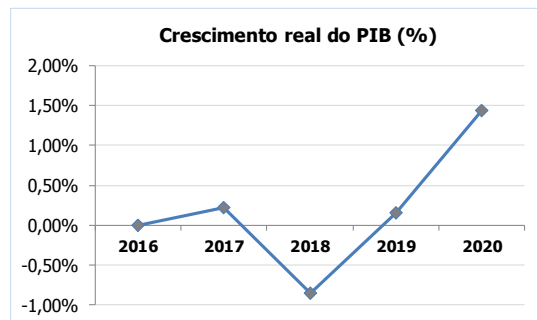
Agricultura	6,5%
Indústria	45,0%
Serviços	48,5%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 2nd Quarter 2018 e da Cia.gov/World Factbook.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MADAGASCAR



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Madagascar
GENTÍLICO:	Malgaxe
CAPITAL:	Antananarivo
ÁREA:	587.041 km ²
POPULAÇÃO:	26.291 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Malgaxe, Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestante, Católica, Crenças Tradicionais
SISTEMA DE GOVERNO:	República Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral. Assembleia Nacional Malgaxe composta de 151 membros eleitos para mandatos de 5 anos. Senado composto por 33 membros, sendo 22 eleitos nas províncias e 11 indicados pelo presidente, para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Hery Rajaonarimampianina (desde 25 de janeiro de 2014)
CHEFE DE GOVERNO:	Christian Ntsay (desde 6 de junho de 2018)
CHANCELER:	Eloi Alphonse Maxime Dovo (desde 11 de junho de 2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 11,46 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 39,73 bilhões
PIB <i>PER CAPITA</i> (2017)	US\$ 448
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2017)	US\$ 1.551
VARIAÇÃO DO PIB	4,09% (2017); 4,18% (2016); 3,1% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,510 (154 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	64,7 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	64,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	2,13% (https://tradingeconomics.com/)
UNIDADE MONETÁRIA:	Ariary (MGA)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Eric Andriamihaja Robson (residente em Washington)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registros.

Brasil → Madagascar	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	22.902	35.252	19.189	24.621	24.765	31.365	64.906
Exportações	21.901	33.129	18.240	23.970	22.734	30.392	63.053
Importações	1.001	2.122	949	651	2.031	973	1.853
Saldo	20.900	31.006	17.290	23.319	20.703	29.419	61.201

APRESENTAÇÃO

A República de Madagascar localiza-se no sudeste do continente africano e seu território ocupa uma extensa ilha (a quarta maior do mundo, excluindo-se a Austrália) banhada pelo Oceano Índico. Historicamente, foi habitada por povos austronésios, povos bantos e outros grupos étnicos que se estabeleceram na ilha ao longo dos séculos, sendo o grupo dos Merinas o majoritário. No final do século XIX, a França derrotou os nobres de etnia merina e estabeleceu uma colônia na ilha, que só recuperaria a independência em 1960.

Dado o caráter insular do território, estima-se que 90% da vida selvagem do país seja exclusiva, não sendo encontrada em nenhum outro lugar do planeta. O avanço da ocupação humana tem gerado efeitos danosos no meio ambiente, sendo elevado o número de espécies em risco de extinção.

Nos últimos anos, Madagascar passou por intensas crises políticas, culminando com um golpe de estado em 2009. Em 2013, novas eleições foram realizadas, e o ex-ministro das Finanças e do Orçamento Hery Rajaonarimampianina venceu o pleito, tomando posse em janeiro de 2014. Novas eleições estão previstas para o final de 2018.

PERFIL BIOGRÁFICO

Hery RAJAONARIMAMPIANINA – *Presidente da República*



Nascido em 6 de novembro de 1958, Hery Rajaonarimampianina tem origem modesta. Nasceu e passou sua infância e juventude no vilarejo de Antsofi-nondry, na comuna de Sabotsy Namehana, situada 15 km ao norte da capital Antananarivo. Em 1982, concluiu mestrado em administração na Universidade de Antananarivo. Mudou-se para o Canadá, onde seguiu seus estudos e obteve diploma de pós-graduação (DEA) em Contabilidade no ano de 1986. Em 1991, retornou a Madagascar e passou a trabalhar como contador. Em Antananarivo, tornou-se diretor de estudos do National Institute for Business Administration and Accounting Science (INSCAE) e Professor-Assistente na Universidade de Antananarivo. Em 1995, fundou a empresa de contabilidade Auditeurs Associés – C.G.A, em Antananarivo, contando com 50 associados e prestando serviços para empresas nacionais e estrangeiras do setor privado. Em 2009, Rajaonarimampianina assumiu o cargo de Ministro das Finanças e do Orçamento do governo do ex-presidente Andry Rajoelina, que havia chegado ao poder naquele ano mediante golpe de Estado. Sem apoio da comunidade internacional, em razão da ilegitimidade do governo malgaxe, e em um ambiente econômico global desfavorável, Rajaonarimampianina logrou conter a inflação e manter a estabilidade do Ariary malgaxe, a moeda nacional. Em 2013, com o apoio do então presidente Rajoelina, ele estruturou a coalizão política Hery Vaovao hoan'i Madagasikara (Novas Forças para Madagascar) e concorreu à presidência juntamente com outros 32 concorrentes. Ele venceu as eleições no segundo turno, com 53,5% dos votos e tomou posse em 25 de janeiro de 2014, para um mandato de cinco anos.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Madagascar foram estabelecidas oficialmente em 7 de outubro de 1996. Desde então, o Brasil mantém Embaixada cumulativa com a Missão em Maputo.

A primeira atividade de cooperação técnica bilateral Brasil-Madagascar teve lugar entre 13 e 29 de setembro de 2008, no âmbito da parceria ABC/ JICA (Programa JBPP). Delegação de seis profissionais de saúde malgaxes participou de curso de

treinamento em saúde materno-infantil no Brasil, com vistas à melhoria dos serviços de saúde materno infantil e neonatal em Madagascar. O curso incluiu visitas e treinamento no Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte (MG), além de maternidades em Caruaru (PE) e em São Sebastião (DF).

Durante a crise política vivida por Madagascar entre 2009 e 2013 (ver a seção de política interna), o Brasil, em sintonia com a posição da União Africana e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), não reconheceu o governo resultante do golpe de estado de 2009. Dessa forma, missão da ABC que esteve prevista para ocorrer em 2009 não se concretizou. Em setembro de 2009, durante a 64ª Assembleia Geral da ONU, o Brasil, como membro do Comitê de Credenciais, votou contra a realização de discurso do Presidente *de facto*, Andry Rajoelina, no Debate Geral, o que suscitou agradecimentos por parte da liderança da diáspora malgaxe nos EUA.

Com a realização de eleições no final de 2013 e a inauguração de um governo legítimo e internacionalmente reconhecido em 2014, as relações bilaterais foram normalizadas.

Em setembro de 2017, o embaixador do Brasil em Madagascar, residente em Maputo, participou da Feira Internacional de Agricultura, realizada em Antananarivo. À margem do evento, foi recebido pelo presidente Hery Rajaonarimampianina, que solicitou apoio do Brasil para o desenvolvimento da agropecuária malgaxe.

Assuntos Consulares

Não há registros de cidadãos brasileiros em Madagascar. O Setor Consular da Embaixada em Maputo, Moçambique, detém a jurisdição consular brasileira para o país.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há créditos de Madagascar sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

Tendo servido como entreposto comercial para árabes, desde o século VII d.C., Madagascar passou a servir de entreposto também para europeus, a partir do século XVII, com a França

assumindo o controle absoluto sobre o território em 1895-96. Revoltas nacionalistas iniciadas em 1947 provocaram a reforma das instituições, em 1956, sob a Lei de Reforma de Ultramar, e Madagascar caminhou pacificamente em direção à independência, obtida em 1960.

Em 1972, um golpe militar estabeleceu um regime coletivista e, três anos depois, o capitão Didier Ratsiraka tomou o poder, governando o país entre 1975 e 1993.

Pressões da oposição forçaram Ratsiraka a promover a abertura política. Como resultado, em 1992 foi aprovada uma nova Constituição e realizaram-se eleições presidenciais, vencidas pelo opositorista Albert Zafy. O novo governo desregulamentou a economia e iniciou privatizações para cumprir exigências do Fundo Monetário Internacional. Nas eleições de 1996, o ex-ditador Ratsiraka venceu Zafy e assumiu o poder no ano seguinte.

O crescimento da oposição ao regime liderado por Ratsiraka concentrou-se em torno do então prefeito de Antananarivo, Marc Ravalomanana. Em dezembro de 2001, ambos concorreram às eleições gerais.

O resultado da eleição presidencial foi controverso e ambos os candidatos reivindicaram a vitória. O Ministro do Interior declarou Ratsiraka vitorioso, mas seu opositor contestou os resultados. Em abril de 2002, a Corte Constitucional proclamou o prefeito da capital como vencedor. Em julho de 2002, Ratsiraka e vários de seus seguidores, sem apoio internacional, fugiram do país e exilaram-se na França.

Após o final da crise política de 2002, o Presidente Ravalomanana começou seu projeto de reformas econômicas, pelo qual pregava o "desenvolvimento rápido e duradouro" do país, e o lançamento da campanha de luta contra a corrupção. Em 2006, Ravalomanana reelegeu-se em primeiro turno para novo mandato de 5 anos.

Nova crise política teve início em janeiro de 2009, quando a oposição, liderada pelo prefeito da capital Antananarivo, Andry Rajoelina, lançou uma série de grandes manifestações e uma greve geral dirigidas contra o governo do Presidente Marc Ravalomanana.

Antananarivo foi tomada por saques, incêndios e pânico, os quais, em seguida, se espalharam pelo país. Instalou-se sério impasse, que culminou com intervenção das Forças Armadas e a deposição do Presidente Marc Ravalomanana, que buscou refúgio na África do Sul. O poder foi passado a Rajoelina como chefe de uma “Autoridade Nacional de Transição” (HAT), ato convalidado pelo Parlamento e pela Corte Constitucional.

O novo governo malgaxe, porém, não foi reconhecido internacionalmente, tendo o país sido suspenso da SADC e da União Africana. Iniciou-se, então, longo período marcado por uma sucessão de tentativas de mediação internacional e nacional entre Rajoelina e seus principais opositores - os três ex-presidentes Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy.

O ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi nomeado mediador da SADC. Após diversas tentativas, logrou-se consenso, em 2011, em torno de um "Mapa do Caminho", pelo qual as autoridades transitórias se comprometeram com a criação das condições necessárias para o retorno ao país de cidadãos malgaxes em exílio por razões políticas, inclusive o Presidente deposto, Marc Ravalomanana, bem como com a realização de eleições.

As eleições, inicialmente previstas para 2012, foram finalmente realizadas no final de 2013, após acordo pela retirada de candidaturas inicialmente apresentadas por Rajoelina, pela esposa de Ravalomanana e por Ratsiraka. Apoiado por Rajoelina, Hery Rajaonarimampianina (sem partido) venceu o segundo turno com 53,3% dos votos, contra 46,5% de Jean-Louis Robinson, apoiado por Ravalomanana. Nas eleições legislativas, o partido de Rajoelina, Miarakana Amin i Prezida Andry Rajoelina (MAPAR), ganhou 49 assentos; o Movimento Ravalomanana, do ex-Presidente deposto, ganhou 20 assentos; e os restantes assentos ficaram distribuídos entre independentes (25), o partido Vondrona Politika (13 assentos) e 25 outros pequenos partidos. Embora os resultados tenham sido contestados por Ravalomanana, as diversas missões internacionais de observação eleitoral (SADC, União Africana, União Europeia) coincidiram na avaliação de que as eleições foram livres, justas e pacíficas. Com o retorno à ordem

constitucional, foram retiradas as suspensões que impediam a participação de Madagascar na União Africana e na SADC.

Ao longo do período de exceção, entre 2009 e final de 2013, Madagascar sofreu com a implementação de sanções por parte da comunidade internacional e viu retirados fundos externos que beneficiavam o país. O prolongamento da incerteza institucional levou à acentuada piora dos indicadores econômicos e sociais do país.

Não obstante a realização de eleições reconhecidas internacionalmente, persistem focos de tensão política. Em outubro de 2014, Marc Ravalomanana foi detido em Antananarivo, depois de retornar clandestinamente ao país e convocar conferência de imprensa na qual questionou a legitimidade do Governo eleito. Ravalomanana permaneceu em prisão domiciliar até maio de 2015. Depois de liberado, retornou às suas atividades empresariais, tendo sido posteriormente eleito para a presidência do partido Tiako I Madagasikara (TIM, “Eu amo Madagascar”). Ravalomanana já anunciou a intenção de participar do próximo pleito, previsto para o final de 2018.

Evolução recente e perspectivas

Embora a eleição de Rajaonarimanpianina tenha colocado termo temporário à instabilidade institucional, nos últimos meses a situação política em Madagascar voltou a se deteriorar. Em abril, protestos violentos eclodiram na esteira da aprovação, por margem estreita, de três projetos de lei sobre as eleições gerais previstas para o fim de 2018. A oposição mostrou-se insatisfeita com o endurecimento das regras de revisão das listas eleitorais, e o surgimento de acusações de que o governo teria pagado propina a deputados indecisos contribuiu para que os ânimos se acirrassem. As manifestações deixaram pelo menos dois mortos e duas dezenas de feridos.

O presidente Rajaponarimanpianina reagiu em tom ameaçador, o que apenas contribuiu para que seus opositores denunciassem a falta de comedimento do dignitário malgaxe em permitir à polícia o uso da força para reprimir protestos – que

também possuem elemento de insatisfação com a crescente pobreza no país, o desemprego e o aumento da violência urbana.

Em 3 de maio, a Alta Corte Constitucional de Madagascar (HCC) considerou inconstitucionais várias cláusulas da nova legislação eleitoral. Pela legislação malgaxe, o projeto deveria ter sido reencaminhado para o parlamento, mas o presidente Rajaonarimampianina fez alterações de forma unilateral e publicou a nova lei em 11 de maio. Os partidos de oposição, em resposta, apresentaram à Corte pedido de destituição do atual governo. Em 25 de maio, a Corte Constitucional atendeu ao pedido da oposição e deu prazo de dez dias para o presidente formar um novo governo de união nacional. O ministro da Defesa Nacional chegou a afirmar estarem as forças armadas prontas a intervir em caso de fracasso para a formação de um governo de consenso. Em 5 de junho, o primeiro-ministro aquiesceu e renunciou ao cargo. Em seu lugar, assumiu Christian Louis Ntsay, ex-ministro do turismo (2002 a 2003) no início da gestão do ex-presidente Marc Ravalomanana, tendo também ocupado por dez anos o posto de representante de Madagascar, Comores, Maurício e Seicheles na Organização Internacional do Trabalho.

A decisão da HCC e a nomeação de Ntsay representaram um golpe contra as aspirações eleitorais do presidente Rajaonarimampianina, que, no início, do ano, anunciara sua candidatura à reeleição no pleito previsto para o fim do ano. O novo gabinete ministerial que tomou posse em 11 de junho inclui aliados políticos dos ex-presidentes Andry Rajoelina e Marc Ravalomanana, fazendo com que as três principais lideranças políticas malgaxes, todas aspirantes à presidência, passem a compartilhar o poder no país.

Poder legislativo

Madagascar conta com um parlamento bicameral. A Assembleia Nacional é composta por 151 assentos, com membros eleitos pelo voto popular para mandatos de cinco anos, e o Senado composto por 33 membros, sendo 22 eleitos por cada uma das 22 regiões e os 11 restantes indicados pelo Presidente, também com mandatos de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

A partir de 1997, o processo de globalização encorajou o governo do Presidente Didier Ratsiraka a aderir a políticas econômicas liberais e a procurar uma inserção nos mercados mundiais. O relacionamento externo refletiu essa tendência, embora o isolamento físico de Madagascar e sua tradicional orientação insular limitaram suas atividades no âmbito das organizações econômicas regionais e nas relações com seus vizinhos da África Oriental.

Madagascar, historicamente percebida como estando à margem dos principais temas africanos, retornou à União Africana em julho de 2003, depois de um hiato de 14 meses, causado pela crise política de 2002. Desde a independência, o país goza de estreitas relações com seus vizinhos (Maurício, Reunião, Seicheles e Comores), além de sempre ter sido bem ativo no organismo regional, a Comissão do Oceano Índico. As relações com a França (seu principal parceiro, tanto político quanto econômico), Alemanha, Reino Unido e Suíça, bem como com a Rússia, Japão, Índia e China, também se caracterizam pela intensidade.

O advento da crise política em 2009 alterou os rumos da política externa malgaxe, dando início a 5 anos de sanções e intensa participação da União Africana e, sobretudo, da SADC nas negociações com vistas à normalização da política interna no país. As eleições de 2013 levaram ao levantamento de sanções e à retomada da participação nos organismos dos quais o país havia sido suspenso (União Africana, SADC, Organização Internacional da Francofonia). O FMI e a União Europeia retomaram o apoio financeiro ao país em meados de 2014 e os EUA restauraram, a partir de janeiro de 2015, a participação malgaxe no "African Growth and Opportunity Act" (AGOA), programa que oferece acesso preferencial ao mercado norte-americano para países africanos selecionados.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Conjuntura Econômico-Comercial

Um dos países mais pobres do mundo (IDH de 0,512 e renda per capita de cerca de 420 dólares), Madagascar não foge à regra de grande parte dos países da África subsariana de economia baseada em commodities e com baixíssimo índice de desenvolvimento social. Os principais produtos produzidos no país são baunilha, tabaco, arroz, café e têxteis, além da indústria extrativa concentrada em cobalto e níquel. O maior investimento na exploração desses minerais é feito pela empresa Sherritt (com capital canadense, japonês e sul-coreano) na mina de Ambatovy e monta a 8 bilhões de dólares.

A infraestrutura do país encontra-se em estado muito débil, agravado pela passagem do ciclone Enawo em março de 2017 (o pior em 13 anos), que contribuiu também para uma perda de 30% na agricultura malgaxe no último ano. Apesar disso, o crescimento econômico em 2017 chegou a 4,1% (segundo o BM), alimentado pelo aumento do investimento público em obras de construção e reabilitação de infraestruturas e pela recuperação de preços de produtos exportáveis como baunilha e têxteis. A inflação situa-se em patamar razoável (8% anuais), levando-se em conta os choques de oferta sofridos pelo país em anos recentes. Muito embora com as dificuldades características de país com elevados níveis de pobreza, Madagascar tem conduzido uma política fiscal de controle de gastos, de acordo com o estabelecido no programa do FMI em vigor, e que possibilitou a concessão de 300 milhões de dólares, sob a forma de "*extended credit facility*". O endividamento malgaxe é considerado sustentável, com a relação dívida/PIB alcançando 29%, em parte em razão do fato de o país ter sido mantido à margem da comunidade internacional, entre 2009 e final de 2013, como resposta ao golpe de estado perpetrado contra o governo de Marc Ravalomanana.

O presidente Hery Rajaonarimampianina tem defendido, com grande ênfase, prioridade à agricultura, que representa atualmente 26% do PIB, mas que vive um período de estagnação, com baixo índice de produtividade e necessidade de importação de alimentos, até mesmo do arroz, cultura tradicional do país. 80% da

população vive na zona rural, em condições muitas vezes bem precárias.

A economia do país é, em larga medida, baseada na agricultura, na criação de gado e na pesca. O setor agrícola ocupa aproximadamente 70% da força de trabalho da ilha e a agricultura carece de ganhos de competitividade e de escala em diversos setores. O país é muito dependente de doações externas. Antes do desencadeamento da crise política de 2009, cerca da metade das receitas governamentais provinham dessa fonte de recursos, reduzidas ou mesmo interrompidas pela crise institucional em Madagascar. O acesso privilegiado de mercadorias malgaxes a alguns mercados, como é o caso dos Estados Unidos, foi igualmente prejudicado após o golpe. A restauração do acesso preferencial ao mercado norte-americano em 2015, ao amparo do AGOA (*"African Growth and Opportunity Act"*), ajudou a revigorar as exportações de têxteis.

O turismo internacional vem ganhando importância econômica e, tendo mantido patamares expressivos mesmo ao longo da crise política iniciada em 2009, beneficia-se da recuperação econômica na Europa.

O setor petrolífero de Madagascar passa por processo de expansão, devido às reservas descobertas na última década. O país tem tentado atrair, nos últimos anos, investidores estrangeiros dispostos a investir em seus blocos onshore e offshore, esforço prejudicado, no entanto, pela instabilidade política e incertezas acerca da viabilidade econômica dos blocos petrolíferos. No momento, o grupo austríaco OMV e a norte-americana ExxonMobil desenvolvem atividades de exploração, ao passo que a Madagascar Oil iniciou a primeira fase de produção comercial em 2015.

Comércio

As exportações malgaxes mostraram evolução favorável na última década, considerando que passaram de US\$1,343 bilhões em 2007 para o patamar de US\$ 2,799 bilhões em 2017. Os principais destinos para as exportações globais de Madagascar, em 2017, foram: França (22,5% do total); Estados Unidos (18,8%);

Alemanha (7,3%); China (6,3%); Países Baixos (5,0%); Japão (3,8%); Índia (3,1%); África do Sul (3,0%). O Brasil foi o 70º destino para a oferta exportável do país, com participação de 0,01%. Com referência à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais grupos de produtos da exportação global de Madagascar, em 2017: cravo da Índia e outras especiarias (32,8% do total); artigos de vestuário (18,8%); níquel (12,9%); outros metais comuns (6,0%); pescados (4,9%); minérios (4,0%); pedras preciosas (3,9%); óleos essenciais (1,6%); gomas e resinas (1,5%).

No que concerne às importações, Madagascar comprou do mundo, em 2007, US\$ 2,445 bilhões. Em 2017, o patamar elevou-se para US\$ 3,664 bilhões. Os principais supridores das importações malgaxes, em 2017, foram: China (20,7% de participação); Emirados Árabes Unidos (7,6%); Índia (7,4%); França (6,7%); África do Sul (5,2%); Arábia Saudita (4,2%); Paquistão (3,9%); Estados Unidos (2,9%); Coreia do Sul (2,9%). O Brasil, com 1,6% de participação, foi o 16º fornecedor de bens para Madagascar. Os principais grupos de produtos da importação global do país, em 2017, foram: combustíveis e lubrificantes (14,8% do total geral); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (8,9%); automóveis (7,9%); cereais (6,9%); máquinas e instrumentos elétricos (5,2%); óleos vegetais (3,8%); lã (3,9%); sal, enxofre, pedras e cimento (3,5%); manufaturas de plástico (3,3%); produtos farmacêuticos (2,9%); e algodão (2,7%).

Vale ressaltar que a balança comercial do país é tradicionalmente deficitária. Nessas condições, em 2017, o déficit de Madagascar em suas transações comerciais alcançou US\$ 865 milhões.

Relações Comerciais Bilaterais

De 2007 a 2017, o comércio bilateral entre o Brasil e Madagascar evoluiu de US\$ 9,439 milhões para US\$ 64,906 milhões. Em 2017, o intercâmbio registrou importante aumento, praticamente dobrando em comparação com 2016. O crescimento

do comércio entre os dois países, em 2017, deu-se, principalmente, pelo aumento das exportações brasileiras de açúcar e de máquinas para terraplanagem. As importações brasileiras originárias de Madagascar têm pouca representatividade no total das trocas comerciais entre os dois países. O saldo comercial é, portanto, tradicionalmente favorável ao Brasil e, no último triênio, os superávits foram: US\$ 20,7 milhões (2015); US\$ 29,4 milhões (2016); e US\$ 61,2 milhões (2017).

Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras para Madagascar cresceram 91%, de US\$ 12,6 milhões em 2005, para US\$ 23,9 milhões em 2014. Além do açúcar e das máquinas para terraplanagem, as vendas brasileiras para Madagascar em 2017 foram marcadas pelos seguintes itens: produtos de confeitaria sem cacau (valor de US\$ 1,386 milhão ou 2,2%); farelo de soja (valor de US\$ 1,278 milhões ou 2,0%); pneus novos de borracha (valor de US\$ 277 mil; ou 0,4%); ovos de aves (US\$ 260 mil, ou 0,4%).

No que se refere às importações, as compras brasileiras originárias de Madagascar evoluíram de de US\$ 204 mil, em 2007, para US\$ 1,853 milhão, em 2017. Os principais produtos importados do parceiro africano pelo Brasil em 2017 foram: (i) mates de cobalto (valor de US\$ 730 mil, ou 39,4% do total); (ii) camisas masculinas (valor de US\$ 457 mil; ou 24,7%); (iii) nióbio, tântalo e zircônio (US\$ 248 mil, ou 13,4%); e baunilha (US\$ 137 mil, ou 7,4%).

Investimentos Brasileiros

O Banco Central do Brasil não dispõe de registro de investimentos brasileiros em Madagascar. Não há, tampouco, registro de capitais oriundos de Madagascar no Brasil.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1880-1905	França consolida seu domínio sobre Madagascar.
1910-20	Cresce o nacionalismo malgaxe.
1946	Madagascar se torna Território Ultramarino.
26/06/1960	Independência. Philibert Tsiranana presidente.
Junho de 1975	O Comandante Didier Ratsiraka é nomeado chefe de Estado após golpe. O país é renomeado República Democrática de Madagascar e Ratsiraka é eleito presidente.
1992	Sob pressão popular, Ratsiraka introduz reformas democráticas. Nova Constituição é aprovada por referendo.
1993	Albert Zafy eleito presidente.
1996	Impedimento de Zafy. Ratsiraka retorna à presidência.
Maio de 2001	Senado volta a funcionar depois de 29 anos.
Dezembro de 2001	Após o primeiro turno das eleições, o candidato da oposição, Marc Ravalomanana, proclama sua vitória e afirma não haver necessidade de segundo turno.
Fevereiro de 2002	Ravalomanana declara-se presidente. Ratsiraka não admite derrota.
Abril de 2002	A Corte Constitucional declara Ravalomanana vitorioso nas eleições de dezembro, após recontagem dos votos. Ratsiraka não acata decisão judicial.
Julho de 2002	Ratsiraka exila-se na França, terminando o impasse político.
Dezembro de 2002	O partido de Ravalomanana consegue maioria parlamentar.
Outubro de 2004	O BM e o FMI cancelam cerca de metade da dívida de Madagascar (US\$ 2 bilhões).
Dezembro de 2006	Marc Ravalomanana reelege-se presidente.
Julho de 2007	O Presidente Ravalomanana dissolve o

	Parlamento.
Março de 2009	Deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas. Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT).
Out/Dez de 2013	Realização de eleições presidenciais e legislativas
Janeiro de 2014	Inauguração do mandato do Presidente Hery Rajaonarimampianina
Abril/Maio de 2018	Fortes protestos forçam a renúncia do primeiro-ministro e a formação de novo gabinete de ministros

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

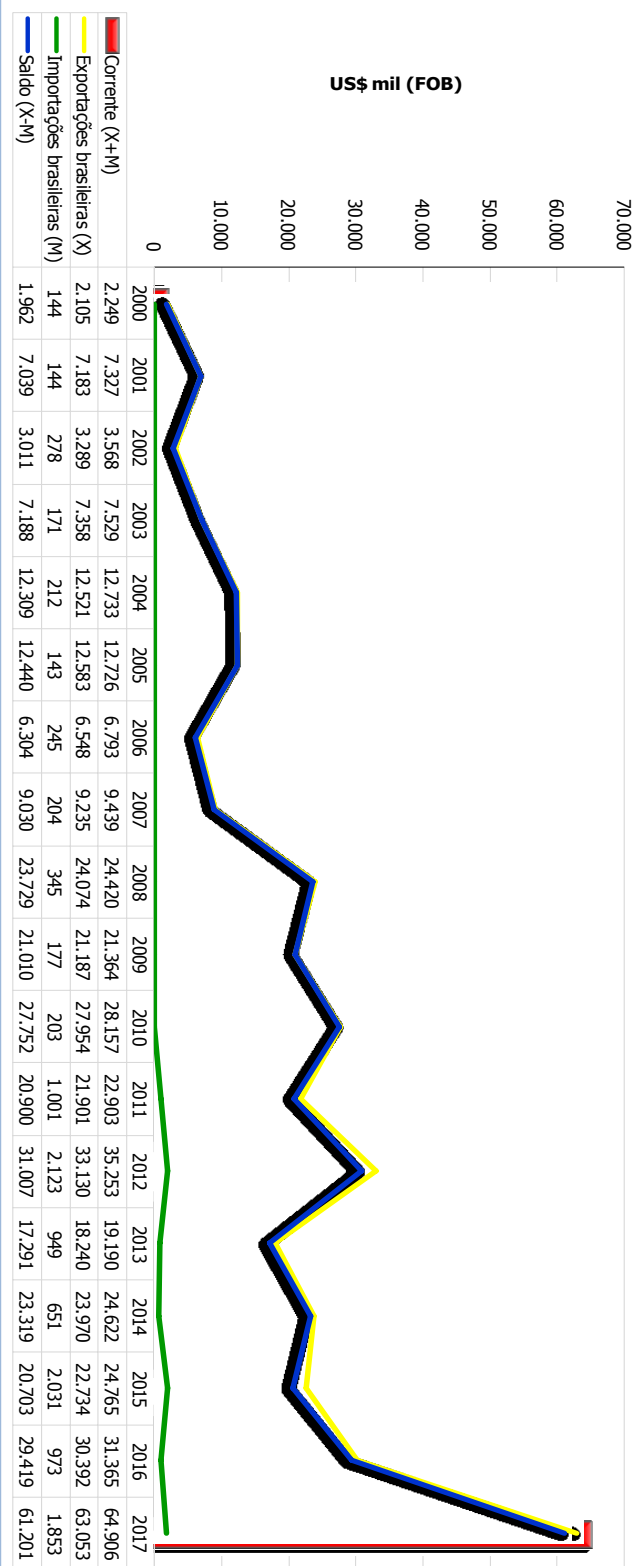
Outubro de 1996	Estabelecimento de relações bilaterais. Brasil passa a manter Embaixada cumulativa com a missão em Maputo.
Janeiro de 2009	O Governo brasileiro não reconhece Governo instalado após golpe de estado.
Janeiro de 2014	Relações normalizadas, após a inauguração de Governo legítimo.

ATOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais assinados entre Brasil e Madagascar.

DADOS COMERCIAIS

Comércio Brasil-Madagascar

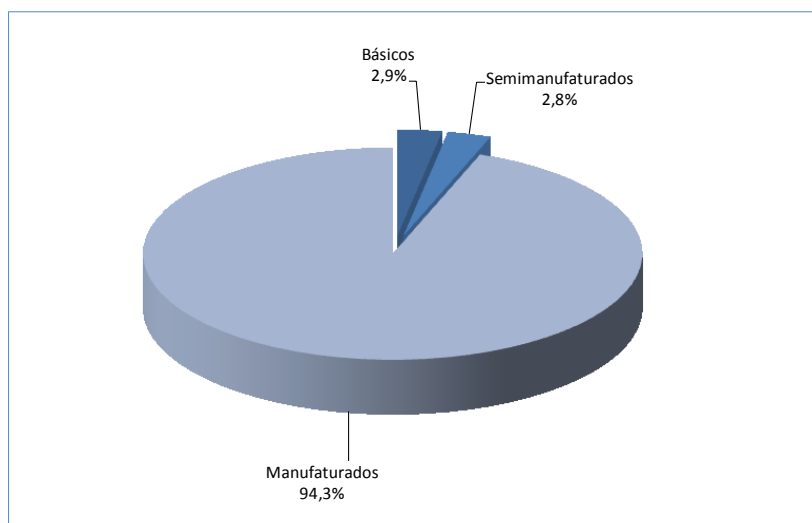


2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mai)	28.525	314	28.840	28.211
2018 (jan-mai)	10.270	1.328	11.598	8.942

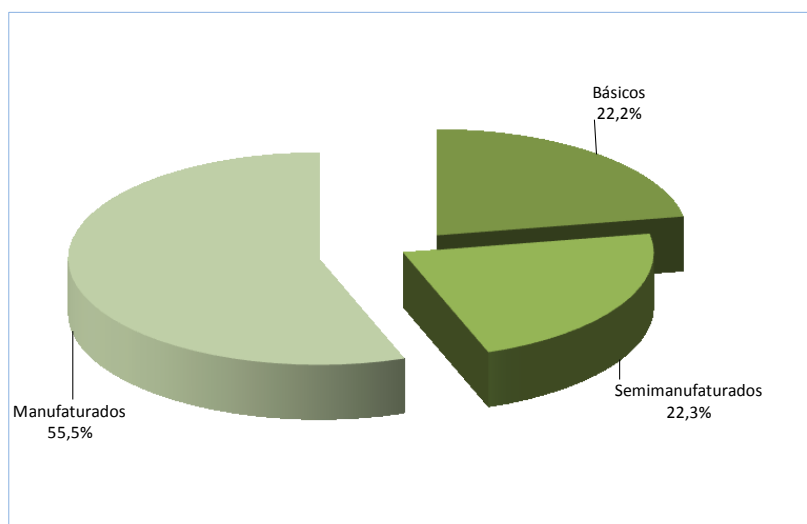
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



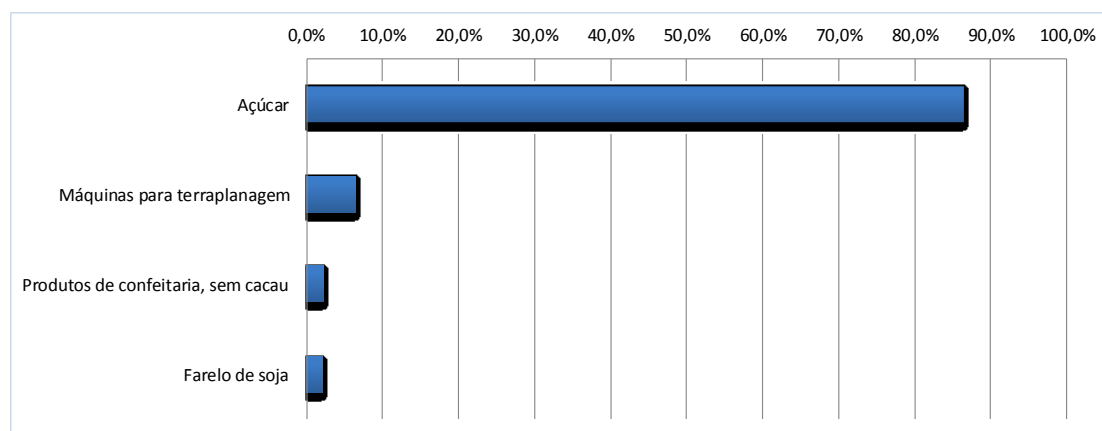
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

Composição das exportações brasileiras para Madagascar (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	15.846	69,7%	25.009	82,3%	54.489	86,4%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	279	0,9%	4.070	6,5%
Produtos de confeitaria, sem cacau	240	1,1%	343	1,1%	1.386	2,2%
Farelo de soja	2.589	11,4%	3.403	11,2%	1.278	2,0%
Pneus novos	554	2,4%	290	1,0%	277	0,4%
Ovos de aves	0	0,0%	0	0,0%	260	0,4%
Galos, galinhas, perus, vivos	0	0,0%	0	0,0%	192	0,3%
Tratores	102	0,4%	0	0,0%	107	0,2%
Veículos para transporte de mercadorias	0	0,0%	247	0,8%	102	0,2%
Outros móveis de madeira	24	0,1%	49	0,2%	99	0,2%
Subtotal	19.355	85,1%	29.620	97,5%	62.260	98,7%
Outros	3.379	14,9%	772	2,5%	793	1,3%
Total	22.734	100,0%	30.392	100,0%	63.053	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

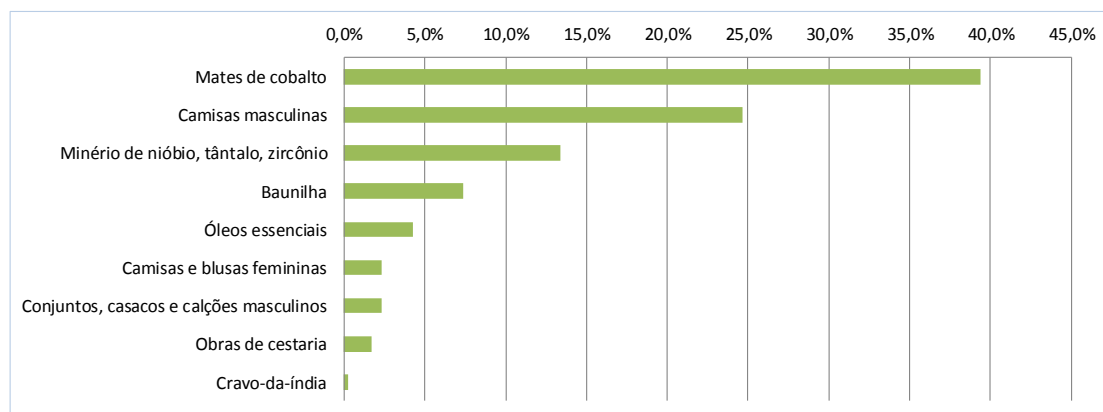


Composição das importações brasileiras originárias de Madagascar (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Mates de cobalto	0	0,0%	0	0,0%	730	39,4%
Camisas masculinas	328	16,1%	386	39,7%	457	24,7%
Minério de nióbio, tântalo, zircônio	0	0,0%	0	0,0%	248	13,4%
Baunilha	17	0,8%	52	5,3%	137	7,4%
Óleos essenciais	22	1,1%	59	6,1%	79	4,3%
Camisas e blusas femininas	28	1,4%	30	3,1%	43	2,3%
Conjuntos, casacos e calções masculinos	27	1,3%	53	5,4%	43	2,3%
Obras de cestaria	9	0,4%	5	0,5%	32	1,7%
Cravo-da-índia	259	12,8%	215	22,1%	5	0,3%
Níquel em formas brutas	662	32,6%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	1.352	66,6%	800	82,2%	1.774	95,8%
Outros	679	33,4%	173	17,8%	79	4,2%
Total	2.031	100,0%	973	100,0%	1.853	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



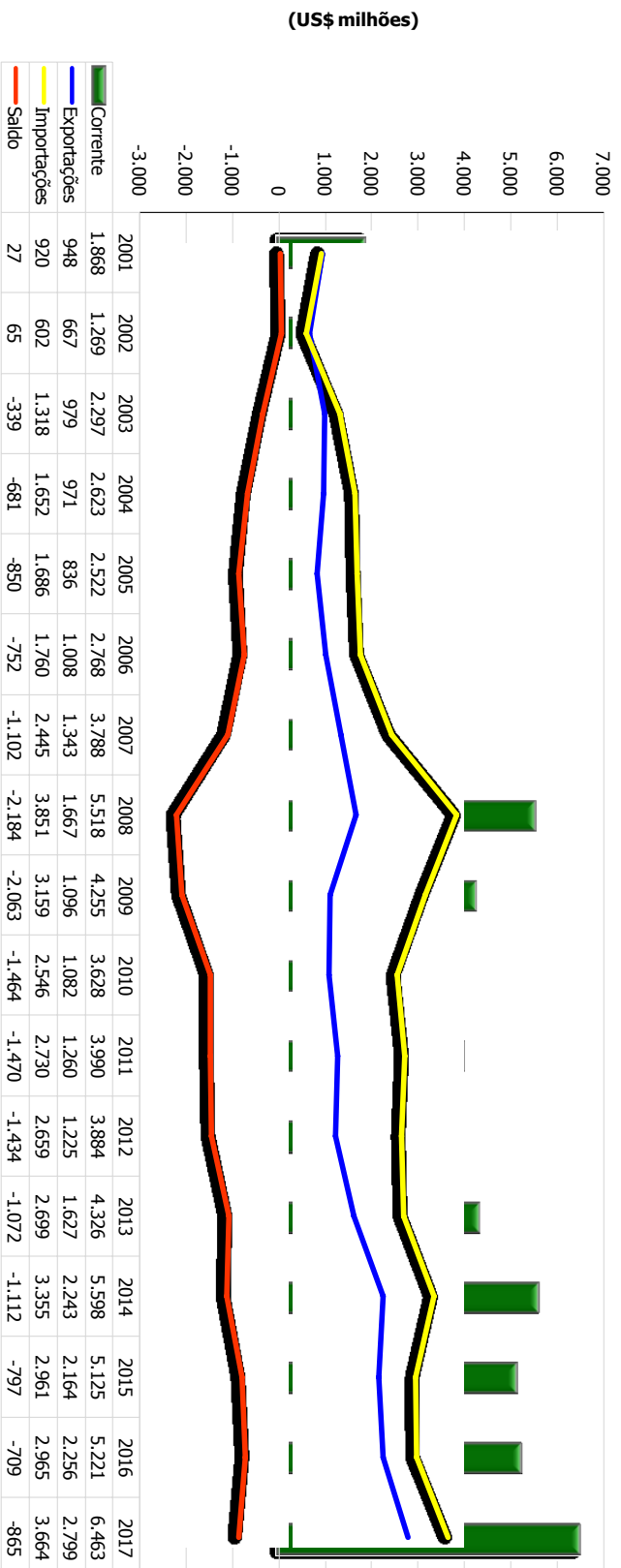
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Açúcar	22.729	79,7%	4.912	47,8%	Açúcar 47,8%
Óleo de soja	0	0,0%	2.938	28,6%	Óleo de soja 28,6%
Produtos de confeitaria sem cacau	314	1,1%	735	7,2%	Produtos de confeitaria sem cacau 7,2%
Construções e suas partes	0	0,0%	401	3,9%	Construções e suas partes 3,9%
Veículos para transporte de mercadorias	0	0,0%	188	1,8%	Veículos para transporte de mercadorias 1,8%
Tratores	107	0,4%	88	0,9%	Tratores 0,9%
Objetos de vidro para serviço de mesa, cozinha, escritório e ornamentação	60	0,2%	82	0,8%	Objetos de vidro para serviço de mesa, cozinha, escritório e ornamentação 0,8%
Ovos de aves	0	0,0%	65	0,6%	Ovos de aves 0,6%
Pneus novos	182	0,6%	53	0,5%	Pneus novos 0,5%
Motores e geradores elétricos	0	0,0%	44	0,4%	Motores e geradores elétricos 0,4%
Subtotal	23.392	82,0%	9.506	92,6%	
Outros	5.133	18,0%	764	7,4%	
Total	28.525	100,0%	10.270	100,0%	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Minério de nióbio, tântalo, zircônio	0	0,0%	752	56,6%	Minério de nióbio, tântalo, zircônio 56,6%
Camisas masculinas	176	56,0%	192	14,5%	Camisas masculinas 14,5%
Cravo-da-índia	3	1,0%	169	12,7%	Cravo-da-índia 12,7%
Óleos essenciais	27	8,6%	84	6,3%	Óleos essenciais 6,3%
Éteres e seus derivados	0	0,0%	32	2,4%	Éteres e seus derivados 2,4%
Camisas de malha, masculinas	0	0,0%	22	1,7%	Camisas de malha, masculinas 1,7%
Cordéis, cordas e cabos rebertos de plástico	0	0,1%	17	1,3%	Cordéis, cordas e cabos rebertos de plástico 1,3%
Camisas e blusas femininas	20	6,4%	12	0,9%	Camisas e blusas femininas 0,9%
Pedras preciosas, exceto diamantes	2	0,6%	10	0,8%	Pedras preciosas, exceto diamantes 0,8%
T-shirts e camisolas de malha	3	1,0%	10	0,8%	T-shirts e camisolas de malha 0,8%
Subtotal	231	73,6%	1.300	97,9%	
Outros produtos	83	26,4%	28	2,1%	
Total	314	100,0%	1.328	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Comércio Madagascar x Mundo



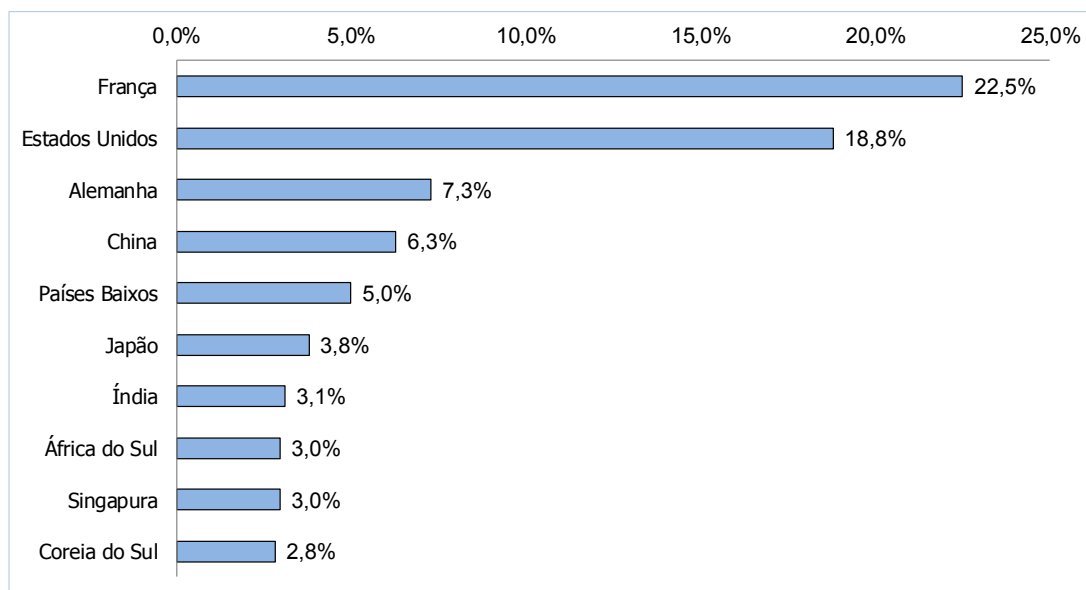
2017 / 2018	Exportações	Importações	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-mar)	669	792	1.460	-123
2017 (jan-mar)	776	951	1.727	-175

Elaborado pelo MNE/DR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, June 2018.

Principais destinos das exportações de Madagascar
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
França	630	22,5%
Estados Unidos	526	18,8%
Alemanha	204	7,3%
China	176	6,3%
Países Baixos	140	5,0%
Japão	106	3,8%
Índia	87	3,1%
África do Sul	83	3,0%
Singapura	83	3,0%
Coreia do Sul	79	2,8%
...		
<i>Brasil (70º lugar)</i>	<i>0,3</i>	<i>0,01%</i>
Subtotal	2.114	75,5%
Outros países	685	24,5%
Total	2.799	100,0%

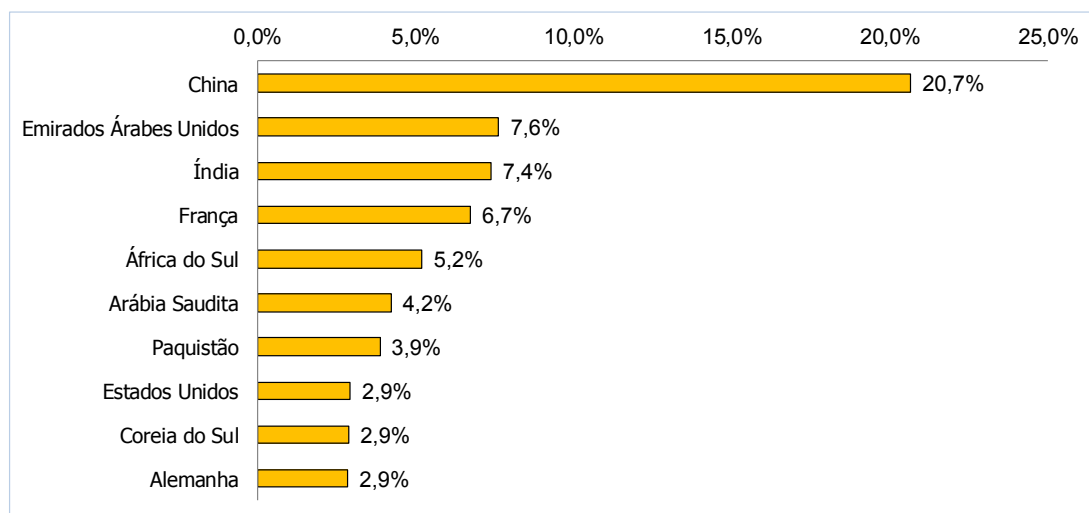
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.



Principais origens das importações de Madagascar
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	757	20,7%
Emirados Árabes Unidos	280	7,6%
Índia	271	7,4%
França	247	6,7%
África do Sul	191	5,2%
Arábia Saudita	155	4,2%
Paquistão	142	3,9%
Estados Unidos	108	2,9%
Coreia do Sul	106	2,9%
Alemanha	105	2,9%
...		
Brasil (16º lugar)	60	1,6%
Subtotal	2.422	66,1%
Outros países	1.242	33,9%
Total	3.664	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

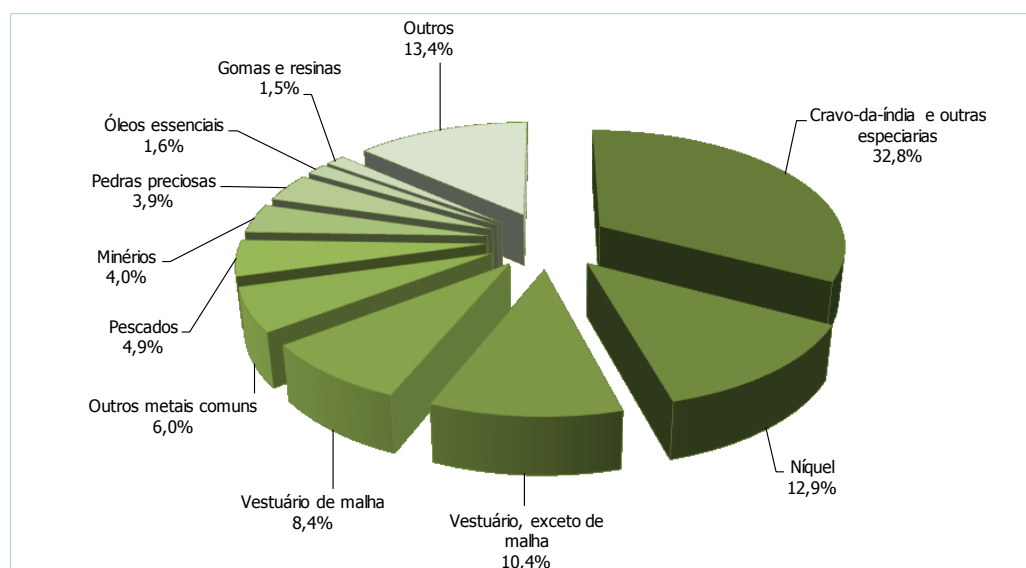


Composição das exportações de Madagascar (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Cravo-da-índia e outras especiarias	919	32,8%
Níquel	362	12,9%
Vestuário, exceto de malha	291	10,4%
Vestuário de malha	236	8,4%
Outros metais comuns	168	6,0%
Pescados	138	4,9%
Minérios	113	4,0%
Pedras preciosas	110	3,9%
Óleos essenciais	45	1,6%
Gomas e resinas	41	1,5%
Subtotal	2.423	86,6%
Outros	376	13,4%
Total	2.799	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

10 principais grupos de produtos exportados

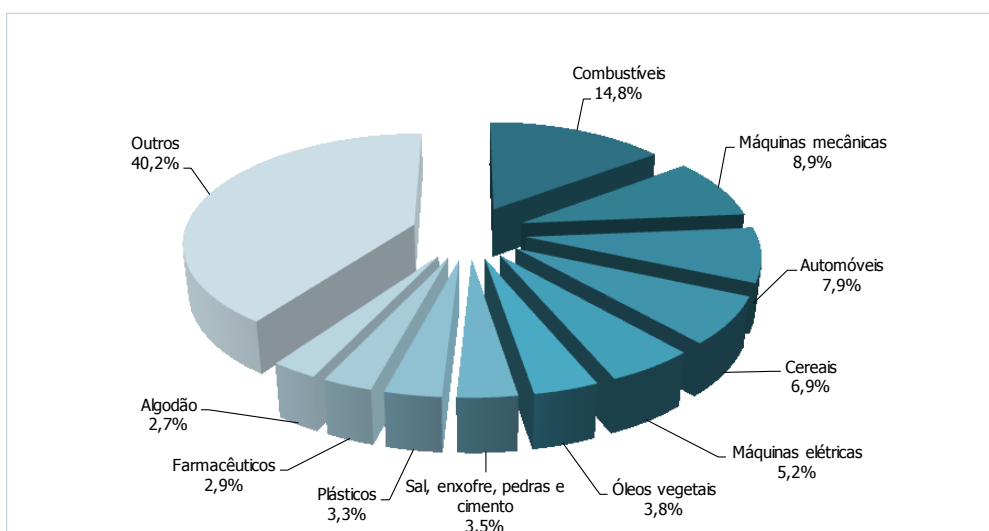


Composição das importações de Madagascar (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Combustíveis	541	14,8%
Máquinas mecânicas	325	8,9%
Automóveis	291	7,9%
Cereais	251	6,9%
Máquinas elétricas	190	5,2%
Óleos vegetais	139	3,8%
Sal, enxofre, pedras e cimento	127	3,5%
Plásticos	121	3,3%
Farmacêuticos	107	2,9%
Algodão	100	2,7%
Subtotal	2.192	59,8%
Outros	1.472	40,2%
Total	3.664	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Madagascar

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	4,18%	4,09%	5,10%	5,59%	5,40%
PIB nominal (US\$ bilhões)	10,00	11,46	12,61	13,56	14,61
PIB nominal "per capita" (US\$)	401	448	479	501	525
PIB PPP (US\$ bilhões)	37,50	39,73	42,71	46,07	49,51
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.505	1.551	1.622	1.703	1.781
População (milhões habitantes)	24,92	25,61	26,33	27,06	27,80
Inflação (%) ⁽²⁾	6,95%	8,08%	7,86%	6,17%	5,70%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	0,57%	-3,40%	-4,03%	-4,85%	-4,73%
Câmbio (AR / US\$) ⁽²⁾	3.176,5	3.116,1	3.177,5	3.247,3	n.d.

Origem do PIB (2017 Estimativa)

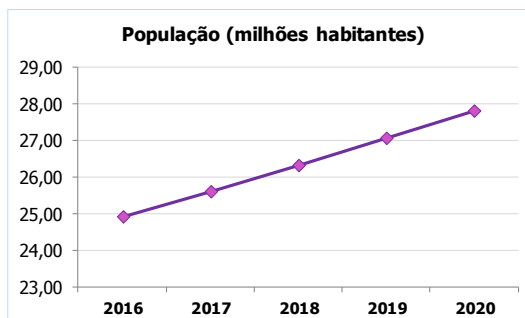
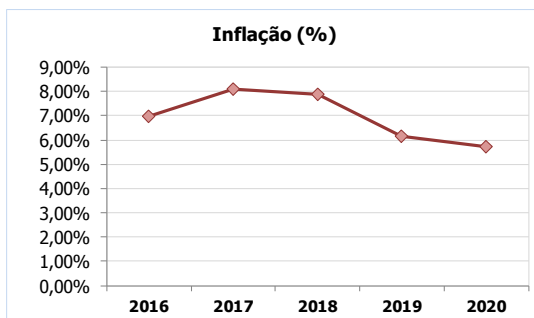
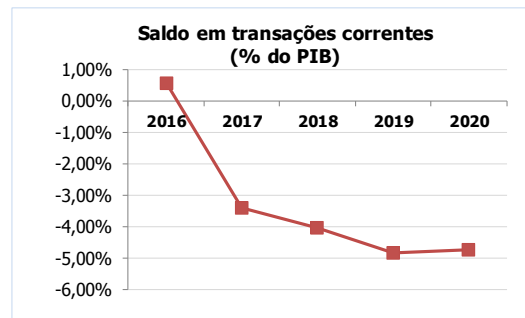
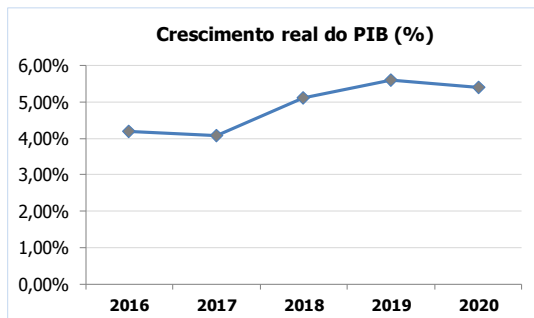
Agricultura	23,7%
Indústria	16,0%
Serviços	60,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 2nd Quarter 2018 e da Cia.gov/World Factbook.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



Aviso nº 322 - C. Civil.

Em 27 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República